

IDARN  
•  
2003



Observatório Rural

Observatório Rural

A agricultura e o uso da terra  
na região de Alto Trás-os-Montes

#### Título

Observatório das Dinâmicas e Bloqueios de Desenvolvimento  
das Zonas Rurais da Região Norte  
– **A agricultura e o uso da terra na região de Alto Trás-os-Montes**

#### Entidade Promotora

Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte

#### Concepção e Coordenação

Dr. José Miguel Rodrigues da Silva  
Eng. Paulo d'Eça  
Prof. José Carlos M. Santos  
Prof. Orlando Rodrigues

#### Consultores e Coordenação

Professor Doutor Fernando Oliveira Batista  
Professor Doutor João Castro Caldas

#### Autor

Orlando Rodrigues

#### Produção Gráfica

Conceptprint

#### Impressão

ROCHA/artes gráficas, lda.

#### Depósito Legal

203833/03

## Índice

1. Introdução .....	1
2. Metodologia .....	3
3. O uso da terra na Região do Alto Trás-os-Montes. Uma visão geral .....	6
4. Dinâmicas locais de uso da terra .....	12
Discussão dos resultados .....	16
5. Evolução do uso da terra e sistema fundiário ao longo do último meio século .....	22
5.1. Vilar de Ossos .....	22
5.2. Grijó de Parada .....	32
5.3. Cortiços .....	38
5.4. Parâmio .....	45
6. Conclusão .....	60
Anexos .....	64

## Índice de Quadros

Quadro 1	Ocupação do solo na região do Alto Trás-os-Montes (ha)	8
Quadro 2	Médias de algumas variáveis segundo os tipos de freguesias	19
Quadro 3	Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Vilar de Ossos	24
Quadro 4	A evolução do uso da terra na freguesia de Vilar de Ossos ao longo dos últimos 50 anos	28
Quadro 5	Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Grijó de Parada	33
Quadro 6	A evolução do uso da terra na freguesia de Grijó de Parada ao longo dos últimos 50 anos	37
Quadro 7	Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Cortiços	39
Quadro 8	A evolução do uso da terra na freguesia de Cortiços ao longo dos últimos 50 anos	44
Quadro 9	Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Cortiços	46
Quadro 10	A evolução do uso da terra no território da aldeia (1947-1999)	52
Quadro 11	Utilização da superfície explorada segundo o tipo de famílias	57

## Índice de Figuras

Figura 1	A região de Alto Trás-os-Montes e a localização das freguesias estudadas	23
Figura 2	Ortofotograma da freguesia de Vilar de Ossos	25
Figura 3	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 1950	26
Figura 4	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 2000	27
Figura 5	O sistema fundiário da freguesia de Vilar de Ossos	30
Figura 6	O sistema fundiário da freguesia de Vilar de Ossos, segundo as principais orientações pecuárias	31
Figura 7	Ortofotograma da freguesia de Grijó de Parada	34
Figura 8	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Grijó de Parada em 2000	35
Figura 9	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 1950	36
Figura 10	Ortofotograma da freguesia de Cortiços	40
Figura 11	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Cortiços em 2000	41
Figura 12	A distribuição dos usos da terra na freguesia de Cortiços em 1950	43
Figura 13	Ortofotograma da freguesia de Parâmio	47
Figura 14	A distribuição dos usos da terra na aldeia de Parâmio em 1947	50
Figura 15	A distribuição dos usos da terra na aldeia de Parâmio em 2000	53
Figura 16	a estrutura da propriedade fundiária segundo os regimes e os tipos de famílias	56

## Abreviaturas

CNIG	Centro Nacional de Informação Geográfica
IFN	Inventário Florestal Nacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
RGA	Recenseamento Geral Agrícola

## I. Introdução

Nas restantes acções levadas a cabo no âmbito do projecto “Observatório Rural” fez-se uma análise das dinâmicas de mudança em curso nos espaços rurais da Região Norte, privilegiando os inquéritos e entrevistas como forma de recolha de informação. Ainda que a definição da amostra de freguesias inquiridas se sustentasse numa avaliação da diversidade de condições naturais e socioeconómicas da região, procurando abarcar a diversidade de condições existentes, a metodologia utilizada impõe algumas limitações, sobretudo nos aspectos que se relacionam com a ocupação do espaço. Por esse motivo, nesta acção do projecto utilizou-se uma metodologia de análise que privilegia a observação do território e forma como a sociedade com ele se relaciona.

Por razões que se prendem com a compatibilização dos meios disponíveis no âmbito do projecto com os requisitos da metodologia utilizada, não foi possível estender a análise à totalidade da região Norte, confinando-a, por isso, a uma região mais restrita. Assim tomou-se como referência a região NUT III, Alto Trás-os-Montes.

Num primeiro ponto, cruzando várias fontes de informação, faz-se uma avaliação genérica dos principais usos do solo na região, bem como da sua distribuição geográfica. Depois, numa segunda etapa, tomando a freguesia

como unidade geográfica elementar de referência, identificam-se as diversas dinâmicas de relacionamento da sociedade com o território. Para o efeito, recorreu-se a informação sócio-económica secundária (recenseamentos agrícolas e demográficos) conjuntamente com outras fontes de informação sobre a ocupação do solo. Fez-se uma análise do tipo espacial, recorrendo a representações geográficas dos dados, de modo a evidenciar relações com os recursos naturais (em função da diversidade de condições naturais da região) e com as infra-estruturas (centros urbanos, principais eixos de comunicação). Por fim, num último ponto, estudam-se algumas freguesias com mais detalhe, faz-se uma análise da evolução da ocupação da terra ao longo do último meio século, do sistema fundiário e do modo como a sociedade se relaciona com o uso do território.

## 2. Metodologia

Na primeira parte desta etapa do Observatório Rural, para além dos dados dos últimos recenseamentos agrícolas, utilizou-se como fonte de informação a carta de ocupação do solo elaborada pelo Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG) a partir de fotografia aérea obtida entre 1 e 31 de Agosto de 1990. Esta carta apresenta um grande detalhe de fotointerpretação, bem como de classificação dos usos<sup>1</sup>. Considerando o elevado número de categorias de legenda desta carta e a necessidade de comparabilidade com outros dados, transformou-se esta legenda em dezoito categorias (ver Quadro 1). A carta apresenta alguns erros de fotointerpretação, sendo mais evidentes os que envolvem a classificação dos usos agrícolas e das pastagens permanentes. Por exemplo, os lameiros característicos da região, são quase sempre classificados como "culturas anuais mais outras folhosas"<sup>2</sup> e, frequentemente, aparecem classificados como culturas anuais. Porém, relativamente à distinção entre cobertos herbáceos e arbóreos e arbustivos não há normalmente erros, assim como na identificação das espécies arbóreas e arbustivas, a qual, salvo

<sup>1</sup> Na região a legenda consta de 21 usos principais, os quais combinados entre si e segundo vários graus de cobertura originam um total de 735 categorias de legenda.

<sup>2</sup> Incluiu-se esta categoria nas pastagens permanentes.

algumas excepções, está quase sempre feita correctamente. Em resumo, a carta pode ser considerada muito rigorosa relativamente à identificação das grandes categorias de uso, com a excepção da distinção entre culturas anuais e pastagens permanentes, as quais se confundem frequentemente. Quanto aos dados dos recenseamentos agrícolas de 1989 e 1999, efectuou-se igualmente um reagrupamento das classes de uso da terra por razões de comparabilidade entre fontes (ver Quadro 1).

Na última etapa do trabalho pretende-se identificar as mudanças nos territórios rurais num tempo mais longo. Para tal recorreu-se a fotografia aérea desde os anos 1950 até à actualidade, fotointerpretando o uso do solo ao longo de uma série temporal espaçada de intervalos de dez anos. Para cada um dos anos estudados começou por se elaborar um mosaico que posteriormente se ortorrectificou utilizando a altimetria extraída da carta militar 1:25 000. No processo de ortorrectificação recorreu-se a um software específico (PCI OrthoEngine). Posteriormente procedeu-se à fotinterpretação dos usos utilizando um Sistema de Informação Geográfica (GeomediaPro). Na fase da fotinterpretação alternou-se o trabalho em laboratório com o reconhecimento no campo, recorrendo a informadores locais quando surgiam dúvidas nas séries históricas de fotografia aérea. Por fim procedeu-se à elaboração de matrizes de transição e à análise dos resultados. O detalhe da metodologia nesta última etapa do trabalho, muito exigente em recursos, obrigou a confiná-la a áreas mais restritas, pelo que se seleccionaram 4 freguesias que se pretendiam representativas da heterogeneidade interna à região de Alto Trás-os-Montes.

Em duas destas freguesias, para além da identificação do uso da terra no último meio século procedeu-se ainda à reconstituição do parcelário, complementado com inquéritos aos proprietários e utilizadores. Numa das freguesias o inquérito foi simplificado e identificou apenas os proprietários e os usos da terra. Na outra, o inquérito foi mais exaustivo e envolveu, para além da informação anteriormente referida, a reconstituição dos modos de vida das famílias em função das aplicações da força de trabalho e da sua relação com o espaço rural.

### **3. O uso da terra na Região do Alto Trás-os-Montes. Uma visão geral**

Na Figura 1 em anexo faz-se uma representação geral do uso da terra na região. Numa apreciação genérica, pode verificar-se a existência de manchas mais ou menos contínuas de uso agrícola da terra adquirindo maior extensão no Planalto Mirandês, Veiga de Chaves, em torno de Bragança e um pouco à volta de todas as sedes de concelho. No concelho de Valpaços a vinha assume particular realce, bem como na parte douricense dos concelhos de Mogadouro e Miranda e na zona mais a sul do concelho de Murça. A oliveira pontilha todas as zonas mais quentes da região, e afirma-se particularmente nos concelhos de Alfândega da Fé e Mirandela. Os lameiros marcam a paisagem um pouco por todo o lado, mas notam-se particularmente na região do Barroso, Bragança/Vinhais e Mirando do Douro. A floresta dá visibilidade às serras e a algumas zonas de relevo mais movimentado, sendo particularmente evidente em Montesinho/Coroa, Nogueira, Bornes, Alvão, Padrela e Gerês. Uma nota para a evidência de algumas manchas de eucalipto nos concelhos de Alfândega da Fé, Vimioso, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Murça. Quanto aos matos e incultos, parecem conjugar-se duas marcas distintas. Por um lado, a que é imprimida por limitações especiais, destacando-se a

este respeito o planalto de Morais (com solos ultrabásicos), na parte sudeste do concelho de Macedo de Cavaleiros, e as zonas rochosas da parte ocidental da região. Por outro lado, as zonas intersticiais e mais remotas entre as sedes de concelho, e as zonas fronteiriças parecem reflectir algum abandono e incapacidade de a floresta substituir os matos.

Analisando agora os valores numéricos e comparando os dados da carta de ocupação do solo com os que resultam dos inquéritos estruturais à agricultura (ver Quadro 1), se há algumas diferenças que são facilmente explicados pela diferente natureza dos métodos de recolha da informação, outras existem que merecem uma reflexão mais cuidada. Assim, tendo em conta que o recenseamento de 1989 e a carta de ocupação do solo têm uma referencia temporal praticamente coincidente, com se explica a diferença de 16 400 hectares entre estas duas fontes relativamente à superfície agrícola utilizada? Algumas diferenças devem-se claramente a erros de fotinterpretação. Assim, por exemplo, a divergência de valores no que concerne a oliveira e os pomares e outras culturas permanentes resulta, certamente, de uma classificação sistemática de áreas de amendoal como oliveira nos dados da carta, bem como as diferenças entre terras aráveis e pastagens permanentes se devem à classificação de pastagens como terras com culturas anuais. Porém, o valor global da superfície agrícola utilizada fornecido pela carta deve já ser rigoroso, assim como o devem ser os valores de vinha e castanheiro, menos susceptíveis a enganos de interpretação. Ou seja, os quase 5% a mais de superfície agrícola utilizada, dados pela carta face ao valor do RGA/1989, não resultam, certamente, de erros de interpretação.

Legenda		COS'90	RGA/89	RGA/99	Inv Flo.	IF Corri
<b>Superfície Agrícola Utilizada</b>		<b>351 838</b>	<b>335 437</b>	<b>318 784</b>	<b>309 380</b>	<b>324 575</b>
<b>Culturas anuais</b>		<b>231 899</b>	<b>195 082</b>	<b>138 204</b>		
1	Terras aráveis	214 592	189 949	134 765		
2	Hortas	17 307	5 133	3 439		
<b>Culturas permanentes</b>		<b>88 523</b>	<b>80 215</b>	<b>94 622</b>		
3	Vinha	28 755	23 936	19 381		
4	Castanheiro	16 146	10 510	19 881		
5	Pomares e outras cult. Permanentes	1 746	12 010	11 343		
6	Oliveira	41 875	33 759	44 018		
<b>Prados e pastagens permanentes</b>		<b>31 416</b>	<b>59 660</b>	<b>85 349</b>		
7	Lameiros e pastagens permanentes	31 416	59 660	85 349		
<b>Floresta</b>		<b>188 015</b>	<b>43 979</b>	<b>65 425</b>	<b>213 661</b>	<b>198 466</b>
8	Carvalho de Q. pyrenaica	47 910				
9	Carvalho de Q. rotundifolia	2 593				
10	Carvalho de Q. suber	27 142				
11	Pinheiro	96 070				
12	Castiçal	953				
13	Eucalipto	3 805				
14	Outros povoamentos introduzidos	9 543				
<b>Matos e incultos</b>		<b>236 031</b>	<b>45 380</b>	<b>41 651</b>	<b>267 831</b>	<b>267 831</b>
<b>Social</b>		<b>11 488</b>	<b>9 003</b>	<b>3 537</b>	<b>7 368</b>	<b>7 368</b>
<b>Improdutivo</b>		<b>20 541</b>			<b>14 992</b>	<b>14 992</b>
<b>Água</b>		<b>4 912</b>			<b>3 822</b>	<b>3 822</b>
<b>Total</b>		<b>812 824</b>	<b>433 318</b>	<b>428 787</b>	<b>817 054</b>	<b>817 054</b>

Fontes: CNIG: Carta da ocupação do Solo 1990; INE: Recenseamentos Agrícolas 1989 e 1999; DGF: Inventário Florestal 1995

#### Quadro I

Ocupação do solo na região do Alto Trás-os-Montes (ha)

Mais razoável será admitir que esta diferença resulte da existência de formas de agricultura que não foram inquiridas pelo INE. Ou seja, a formas de agricultura que, por não se enquadrarem no critério de exploração agrícola do INE, ou porque os responsáveis por esta agricultura não eram identificáveis, não foram inquiridas. Sintomático desta hipótese é o facto de

as diferenças surgirem, para além das que se devem certamente a erros, em categorias como as hortas familiares<sup>3</sup>, o castanheiro e a vinha. Se assim for, estes cerca de 5% a mais encontrados na carta, serão o produto de uma agricultura "urbana" ou "residual", de pequena dimensão, que escapa aos critérios de inquérito do INE.

Outra das divergências que merece uma análise especial é a que se verifica na superfície florestal. A este propósito incluíram-se ainda no Quadro I as áreas obtidas a partir do Inventário Florestal de 1995 (IFN). Esta fonte de informação é, em princípio, bastante menos rigorosa do que a da carta de ocupação do solo, uma vez que é obtida por fotointerpretação de uma amostra de pontos e posteriormente generalizada ao conjunto do território<sup>4</sup>, contrariamente à carta do CNIG que recorre a uma fotointerpretação exaustiva do território. Por outro lado, o IFN classifica os castanheiros para fruto como superfície florestal, pelo que se acrescentou uma coluna corrigindo estes valores através da subtração à superfície florestal da média entre 1998 e 1999 da superfície de castanheiros indicada pelo INE, e da adição do mesmo valor à superfície agrícola. O valor assim encontrado aproxima-se mais do que é obtido pelo CNIG e a diferença entre os dois é coerente com o período temporal que os separa e com a tendência de evolução registada pelos recenseamentos agrícolas. Deste modo, haverá uma diferença de um

<sup>3</sup> A categoria "hortas" não é avaliada directamente na carta de ocupação do solo, mas sim a categoria "sistemas culturais complexos", a qual, se bem que inclui as hortas familiares, envolve igualmente outros sistemas de culturas anuais, o que justifica parcialmente a divergência de valores.

<sup>4</sup> A amostra tem por base o ficheiro dos fotopontos da 3ª Revisão do IFN, e a generalização ao conjunto do território utiliza técnicas de interpolação espacial (método dos polígonos de Thiessen).

pouco mais de 140 000 ha entre a superfície florestal integrada nas explorações agrícolas, calculada pelos recenseamentos agrícolas<sup>5</sup>, e a superfície florestal total, obtida a partir de inventários globais do território.

Sendo a superfície de florestas públicas e integradas nos baldios de cerca de 60 000 ha, sobram cerca de 80 000 ha<sup>6</sup> de floresta privada não integrada nas explorações agrícolas, ou seja quase o dobro daquele valor e próximo de 10% da superfície territorial da região. Os proprietários florestais não agricultores detêm portanto uma parte significativa da floresta da região, o que constitui um indicador interessante da relação da sociedade com o território.

O cruzamento destas diversas fontes de informação permite assim algumas conclusões importantes relativamente aos modos de uso da terra na região. Evidencia-se a importância territorial de uma agricultura marginal, que escapa aos conceitos formais de exploração agrícola. Esta agricultura é responsável pela utilização de cerca de 2% da superfície territorial da região e por um acréscimo de 5% face à superfície que utiliza a agricultura mais convencional.

Por outro lado, e continuando a fazer fé nas fontes dos dados, a superfície florestal privada não integrada nas explorações agrícola, ocupa cerca de

---

<sup>5</sup> Os recenseamentos registam em 10 anos um aumento da superfície florestal de cerca de 20.000 ha, ao passo que a diferença entre o IFN e a carta do CNIG é de cerca de 5000 ha para um espaçamento de cerca de 5 anos.

<sup>6</sup> DGF: Mapa de rede nacional de matas nacionais e perímetros florestais. Este valor constitui apenas uma aproximação grosseira, uma vez que os limites dos perímetros são pouco rigorosos e que nem todos os baldios se encontram integrados em perímetros florestais.

10 % da superfície territorial da região e atinge uma dimensão dupla daquela que se encontra integrada nas explorações agrícolas. Embora não se tenha informação sobre estes proprietários florestais, não é descabido admitir que se trate de pessoas que têm com o território uma relação mais ausente e distante, seja pela residência seja pelo afastamento da actividade agrícola.

Em conjunto, estas duas constatações indiciam a importância de uma relação com o território de maior afastamento. Nestas formas de uso do território, o aproveitamento dos recursos já não passará por uma relação de proximidade quotidiana, mas antes pelo distanciamento e ausência. Os utilizadores desligam-se do território.

#### 4. Dinâmicas locais de uso da terra

A análise que se fez na secção anterior indicia já uma alteração significativa da relação social com o território. De facto, a proximidade aos recursos naturais parece ter deixado de determinar a distribuição da população. As aldeias têm vindo a perder população continuamente em favor de uma concentração demográfica nos principais centros. Bragança e Chaves, os dois principais centros urbanos regionais, tinham já em 1991 mais de 15000 habitantes e ambas ultrapassam actualmente os 20 000. Mirandela, o terceiro centro urbano, ultrapassa os 10 000 habitantes. Apesar de, globalmente, estes crescimentos não compensarem a quebra demográfica da região (menos 5.1% nos últimos 10 anos), revelam uma tendência de urbanização dos modos de vida, interior à região, e uma relação de menor proximidade com o espaço rural e o uso da terra. A região revela, porém, padrões demográficos distintos: um povoamento mais concentrado e rarefeito no espaço rural em torno de Bragança, Macedo e Mirandela e um povoamento mais desconcentrado e mais denso à volta de Chaves, Boticas, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (ver Figura 2 em anexo).

Em paralelo, os dados agregados da região mostram alterações significativas do uso do solo que parecem ter incidências locais diferentes. Nos últimos 10 anos as terras aráveis diminuem significativamente, a

oliveira aumenta, a vinha diminui, o castanheiro aumenta, a superfície de floresta cresce, a área de pastagens permanentes sofre um incremento importante e a superfície de matos e incultos diminui.

Face a estas alterações, como se configuram as novas relações com o uso dos recursos? Que dinâmica locais se individualizam?

A resposta a estas questões requer claramente uma análise mais fina. Tomando por base a unidade geográfica freguesia, pretende-se nesta secção identificar as dinâmicas locais de uso da terra em função das mudanças de modos de vida das famílias.

Considerando as restrições que a utilização de informação secundária impõe, a análise ao longo desta etapa sustenta-se apenas nas famílias responsáveis por uma exploração agrícola, segundo os dados do último recenseamento agrícola.

Para esta análise pretendia-se ter em conta quatro variáveis: tipo de actividade exterior à exploração, origem dos rendimentos, idade e residência. O RGA de 99 inclui duas questões sobre a actividade do chefe de exploração e do agregado doméstico no exterior da exploração agrícola (conforme seja a principal ou a actividade secundária) e uma questão sobre a origem dos rendimentos. Qualquer destas questões revelou uma fraca adesão à realidade no inquérito de controlo de qualidade realizado pelo INE em simultâneo com o inquérito. Tendo-se verificado que não existe concordância entre estas duas variáveis (actividade exterior e origem dos rendimentos), decidiu-se utilizar apenas a que se refere à actividade exterior, por se ter considerado que, tratando-se

de uma resposta qualitativa, é menos susceptível de erros. Também a variável “residência na exploração” incluída no RGA não é utilizável, uma vez que regista uma resposta negativa sempre que a residência do produtor é no núcleo urbano de uma aldeia e a exploração agrícola se encontra dispersa por várias parcelas. Deste modo, tomaram-se apenas três variáveis, “actividade remunerada exterior à exploração do produtor, enquanto actividade principal”, “idade do produtor” e “natureza jurídica”, com base nas quais se definiram 5 tipos distintos de modos de vida:

(i) Rurais diversificados: pretende-se incluir neste grupo famílias que mantêm uma residência rural, conjugando uma actividade remunerada exterior, correspondendo mais frequentemente a um trabalho assalariado e menos a um emprego estável, com uma actividade agrícola complementar. A actividade exterior terá, portanto, o carácter de principal fonte de rendimentos. Para traduzir este tipo de modo de vida considerou-se a variável “actividade remunerada exterior à exploração” incluindo todas as modalidades referentes ao sector primário, secundário e a actividade “alojamento e restauração” do sector terciário.

(ii) Urbanos Agrícolas: famílias que conjugam uma residência frequentemente urbana e um emprego estável em meio urbano, com uma actividade agrícola de complemento. Utilizou-se para definir este grupo a mesma variável que no tipo anterior, mas considerando as actividades que não tinham aí sido incluídas, ou seja: administração pública, educação e saúde e acção social. A categoria remanescente, “outras actividades remuneradas exteriores”, foi repartida proporcionalmente às restantes actividades entre os dois grupos.

(iii) Agricultores empresários: famílias que complementam uma actividade agrícola com outras actividades complementares de prestação de serviços sustentadas nos meios de capital de que dispõem (alugador de máquinas, turismo, ou outras), ou que, pela maior dimensão da actividade agrícola, recorrem a trabalho assalariado. Utilizou-se neste caso a variável “produtor singular empresário”.

(iv) Agricultores idosos: famílias cujo casal ou chefe da exploração recebem já uma pensão de reforma e que, pela idade e menor disponibilidade de força de trabalho, mantêm uma actividade agrícola mais reduzida. A agricultura e as pensões de reforma constituem portanto as principais fontes de rendimento destas famílias. Calculou-se este grupo a partir do número de explorações cujo responsável tem mais de 65 anos.

(v) Agricultores profissionais ou agricultores exclusivos: pretende-se incluir neste grupo as famílias cujo casal está em idade activa e obtém os seus rendimentos exclusivamente ou principalmente a partir da agricultura. Calculou-se o número de famílias deste grupo como um resto, subtraindo ao número total de explorações a soma do número de explorações que se enquadram nos restantes grupos.

Partindo da percentagem do número de famílias agricultoras que se enquadram em cada um destes grupos, relativamente ao número total de explorações da freguesia, procurou-se depois identificar diferenças significativas entre as famílias. Utilizando estas cinco variáveis e recorrendo a uma análise de classificação automática (*K-cluster*) definiram-se três grupos de freguesias. Verificou-se depois que as médias destas variáveis eram estatisticamente diferentes entre os diversos grupos. A distribuição

geográfica das diversas freguesias segundo a tipologia assim definida consta da Figura 3 em anexo.

Definiram-se depois uma série de variáveis de natureza demográfica, relativa às estruturas agrícolas e ao uso do solo, com o objectivo de identificar diferenças significativas entre os grupos de freguesias no que respeita à relação das famílias com o uso da terra. Recorreu-se para tal aos censos da população, recenseamentos agrícolas e à carta de ocupação do solo do CNIG, a que já anteriormente se fez referência. Calculou-se de seguida a média deste conjunto de variáveis para cada grupo de freguesias anteriormente definido, tendo-se eliminado aquelas em que um teste estatístico mostrou não haver diferenças entre as médias. Reteve-se um conjunto de trinta variáveis (ver Quadro 2) ainda que para algumas delas não seja possível rejeitar estatisticamente a hipótese de que as médias são iguais.

### **Discussão dos resultados**

Uma primeira análise relativamente ao significado de cada um destes grupos revela diferenças bem marcadas entre o primeiro e o segundo grupo de freguesias, situando-se o terceiro numa situação intermédia entre os outros dois. Assim, o primeiro grupo é marcado pela predominância das famílias de “agricultores profissionais” (em média 60 % do número total de famílias agrícolas) e pela menor proporção de qualquer dos outros tipos de famílias, mas sobretudo das famílias “rurais diversificados” e “urbanos agrícolas”. Inversamente, no segundo grupo de freguesias a proporção destes dois tipos de famílias atinge a expressão máxima e a dos “agricultores profissionais” é mínima. Também os “agricultores diversificados” e os “idosos agrícolas” têm a representação

máxima neste grupo. Já o terceiro grupo de freguesias evidencia valores intermédios relativamente à representação de qualquer dos tipos de famílias. Traduziram-se estas diferenças designando o primeiro grupo por zona da “agricultura profissional”, o segundo por zona da “agricultura de complemento” e o terceiro por “zona de transição”.

Algumas produções associam-se nitidamente à tipologia das zonas. Assim, a pecuária bovina marca muito claramente a “agricultura profissional” estando praticamente ausente das zonas da “agricultura de complemento”. Inversamente a vinha e o olival são francamente dominantes nesta última zona, por contraponto à primeira. Embora estas sejam as produções onde as diferenças entre as zonas são mais evidentes e estatisticamente mais significativas, a tendência que marcam é verificável em todos os outros tipos de uso do solo; ou seja, as actividades mais flexíveis nas suas necessidades de trabalho, sobretudo as culturas permanentes, dominam nas zonas da agricultura de complemento, ao passo que a pecuária e outros tipos de uso que lhe estão associados (como os lameiros) estão muito mais representados na zona da agricultura profissional. A zona 3 mantém um carácter intermédio também relativamente a este aspecto. Esta diferenciação pode ser mais facilmente visualizada representando a distribuição dos usos numa carta, como se mostra nas Figuras 4, 5 e 6 em anexo.

Os dados constantes do Quadro 2 revelam igualmente evoluções bastante contrastantes relativamente ao abandono. De facto, o indicador incultos em percentagem da superfície territorial da freguesia, obtido a partir da carta do CNIG de 1990, é mais elevado na zona da agricultura

profissional do que nas restantes, bem como uma evolução positiva da proporção da superfície agrícola utilizada nesta zona, ao passo que nas restantes é negativa. A superfície agrícola não utilizada, embora cresça em todas as zonas, fá-lo muito menos acentuadamente na primeira zona do que nas outras. Ou seja, na zona da agricultura profissional verifica-se uma redução global do abandono, ainda que a proporção de superfície agrícola não utilizada cresça ligeiramente no interior das explorações. Pelo contrário, nas outras duas zonas o abandono aumenta globalmente. O aumento da superfície agrícola na zona da “agricultura profissional” parece traduzir-se num aumento da dimensão média das explorações (o número de explorações desce mais acentuadamente nas freguesias da agricultura profissional) e numa evolução no sentido da extensificação (as pastagens permanentes quase duplicam a sua superfície na média destas freguesias). Pelo contrário, na zona da “agricultura de complemento” o número de explorações praticamente estabiliza e o abandono traduz-se numa redução das áreas cultivadas internamente às explorações, mas não num abandono de explorações.

Em termos demográficos as zonas também se diferenciam nitidamente. A densidade populacional atinge os menores valores nas freguesias da “agricultura profissional” e é substancialmente mais elevada na zona da “agricultura de complemento” (embora exista aqui alguma sobrevalorização provocada pela inclusão de freguesias urbanas). Também outros indicadores, como a taxa de analfabetismo e a variação da população residente nos últimos 10 anos, evidenciam diferenças entre as zonas: a perda de população e a proporção de analfabetos são maiores na zona da “agricultura profissional”.

	Tipos de Freguesias		
	1	2	3
Dens. Pop.	14.57	75.67	23.55
Tx analf.	26.083	19.8344	23.2903
Varia. Pop. Res 91-01	-17.7%	-9.3%	-16.9%
NºExplo/nº Familias	68.6%	66.8%	72.3%
Bov/S AU	0.35	0.09	0.20
Evol. Bov 89-99	-3.4%	-32.7%	-26.1%
Evol. Cult. Perma 89-99	63.9%	23.8%	39.2%
Evol. NºExpl 89-99	-14.8%	-0.3%	-12.7%
Evol.Ovi 89-99	17.5%	56.9%	69.1%
Evol.Past.Perma 89-99	94.8%	41.5%	27.8%
Evol.SA NãoUtil 89-99	22.6%	174.1%	147.0%
Evol.S AU 89-99	35.5%	-6.0%	-8.1%
Ovi/SAU	0.72	0.85	0.87
SA nãoUTIL/ST	5.1%	13.0%	9.8%
S AU/explo	12.60	7.81	8.54
SAU/ST	41.4%	41.8%	39.4%
Nº tract	26.6%	25.0%	23.3%
Q.Suber/ST	1.1%	6.3%	2.6%
Pn Bravo/ST	13.9%	10.8%	12.4%
Incultos/ST	37.2%	25.0%	28.1%
TerrasArav/ST	25.6%	25.4%	28.7%
Hostas/ST	2.1%	3.2%	3.1%
Vinha/ST	1.2%	6.1%	3.7%
Catanheiro/ST	1.6%	1.8%	2.7%
Pomares/ST	0.0%	0.4%	0.1%
Olival/ST	0.7%	11.5%	3.9%
Lameiros/ST	5.1%	2.5%	4.3%
Carvalho/ST	8.2%	4.2%	7.2%
Cult.Perma./ST	3.4%	19.5%	10.3%
Floresta/ST	23.2%	22.8%	23.8%
Agric. Profi.	60%	28%	43%
Agric. Empresários	1%	2%	1%
Agric. Idosos	30%	42%	39%
Rurais Diversifi.	7%	20%	12%
Urbanos Agrico.	3%	8%	5%

Fontes: INE- Recenseamentos Agrícolas 89 e 99, Censos da População 91 e 2001 e CNIG - Carta Ocupação do solo (1990)

Nota: a cheio indicam-se as variáveis cuja probabilidade de as médias serem diferentes entre os grupos é maior

#### Quadro 2

Médias de algumas variáveis segundo os tipos de freguesias

Em termos demográficos as zonas também se diferenciam nitidamente. A densidade populacional atinge os menores valores nas freguesias da “agricultura profissional” e é substancialmente mais elevada na zona da “agricultura de complemento” (embora exista aqui alguma sobrevalorização provocada pela inclusão de freguesias urbanas). Também outros indicadores, como a taxa de analfabetismo e a variação da população residente nos últimos 10 anos, evidenciam diferenças entre as zonas: a perda de população e a proporção de analfabetos são maiores na zona da “agricultura profissional”.

Se atentarmos agora na distribuição geográfica da tipologia de freguesias (ver Figura 3 do anexo), é evidente uma distribuição da “agricultura de complemento” à volta de todas as sedes de concelho da região, assumindo depois maiores proporções nalgumas zonas do que noutras. A zona da “agricultura profissional” ocupa locais específicos, nalguns casos circundando a zona da “agricultura de complemento” e, nos espaços intersticiais entre estas duas, distribuem-se as zonas “intermédias”. Parece assim haver na definição das zonas da “agricultura de complemento” um efeito claro da proximidade aos centros urbanos da região e uma ligação muito estreita da agricultura “profissional” à bovinicultura. Porém, o primeiro destes efeitos predomina sobre o segundo, ou seja, quando a bovinicultura tem importância em freguesias próximas de centros urbanos, como é o caso de algumas próximas de Bragança e Chaves, o carácter de agricultura de complemento acaba por ser predominante nessas freguesias (confrontar Figuras 3 e 4 do anexo). Por outro lado, duas outras grandes produções da região, a oliveira e a vinha, revelam-se compatíveis com modos de vida onde a agricultura adquire um carácter

complementar relativamente a outras fontes de rendimentos, como seja o caso das famílias agrícolas “urbanas” e “rurais diversificadas”, ou então com formas empresariais parcial ou exclusivamente agrícolas (repare-se na maior representação deste tipo de famílias na zona 2). A maior representação das zonas do tipo 2 nas zonas vinhateiras da região (à volta de Valpaços, na zona douricense de Miranda/Mogadouro, ou na parte sul do concelho de Murça – confrontar Figura 3 e 5 do anexo) ou nas zonas predominantemente olivícolas (confrontar Figura 3 e 6 no anexo) confirmam esta conclusão.

A confrontação desta distribuição geográfica dos tipos de agricultura com os dados demográficos e da evolução das estruturas agrícolas legitima uma conclusão geral: nas zonas mais próximas dos centros urbanos, com mais alternativas de aplicação do trabalho e condições naturais que possibilitam usos da terra mais flexíveis nas suas exigências de mão-de-obra, a capacidade de sustentação de população é maior e a agricultura mantém um papel importante enquanto fonte complementar de rendimentos. Nessas zonas o decréscimo de população é menos intenso, bem como a diminuição de explorações agrícolas. Inversamente, as zonas mais afastadas dos mercados alternativos de trabalho e dotadas de condições naturais mais propícias à pecuária e menos a culturas permanentes, esvaziam-se mais acentuadamente de população, experimentam maiores ritmos de desaparecimento de explorações agrícolas e uma tendência mais marcada para a extensificação da produção em torno das produções pecuárias.

## 5. Evolução do uso da terra e sistema fundiário ao longo do último meio século

Como se referiu de início, depois de identificar tendências globais de uso da terra e das relações da sociedade com o território, pretende-se agora aprofundar a análise, estudando com maior pormenor quatro freguesias da região. As freguesias escolhidas pretendem-se representativas de cada um dos tipos de freguesias que anteriormente se definiram. Assim, Vilar de Ossos enquadra-se na zona 1 que se designou por “zona da agricultura profissional”; Cortiços na zona 2 “da agricultura de complemento” e Parâmio e Grijó de Parada na “zona de transição”.

### 5.1 Vilar de Ossos

A freguesia de Vilar de Ossos localiza-se na parte norte da região, próximo da fronteira e, ainda que adjacente à sede de concelho (Vinhais), sofre de algum isolamento face aos centros urbanos mais importantes da região (ver Figura 1). A freguesia perde 20 % da sua população na última década, passando de 431 para 344 residentes. O uso da terra na freguesia subordina-se em grande parte às actividades pecuárias. Apesar da ligeira diminuição de número de bovinos, a freguesia mantém um rácio de 0.3 bovinos por hectare de Superfície Agrícola Utilizada. O número de ovinos, pelo contrário, aumentou muito significativamente ao longo da última década (ver Quadro 3).

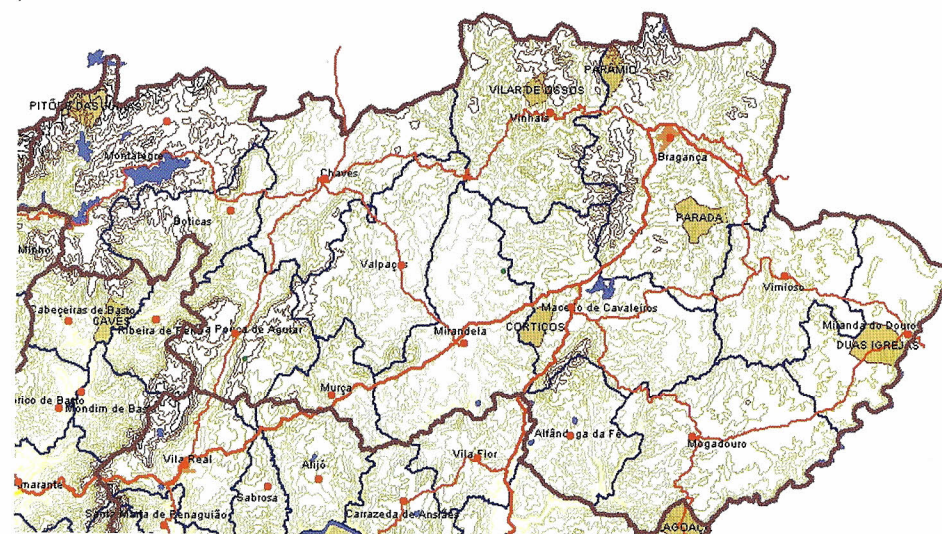


Figura 1

A região de Alto Trás-os-Montes e a localização das freguesias estudadas

A freguesia compõe-se de três aldeias: Zido, Vilar de Ossos e Lagarelhos (ver Figura 2). A diversidade de condições naturais marca a estrutura de utilização do território (ver Figura 3). Em torno das aldeias distribuem-se as zonas de agricultura mais intensiva, baseada em culturas anuais e, à medida que aumenta a distância aos núcleos urbanos, a utilização da terra extensifica-se, surgindo os matos e a floresta. As linhas de água determinam uma distribuição típica dos lameiros.

Variável	Valor
<b>Demografia</b>	
População Residente	344
População Residente 91	431
Variação da pop.residente 91_01 (%)	-20
População residente de 0 a 14 anos em % da pop residente	13
População residente de 15 a 24 anos em % da pop residente	10
População residente de 25 a 64 anos em % da pop residente	50
População residente com mais de 65 anos em % da pop residente	26
Nº de famílias clássicas	138
Dimensão média da família	2.5
Taxa de actividade	23.7
Alojamentos familiares clássicos	204
Alojamentos familiares clássicos/nº de famílias	1.5
Taxa de analfabetismo	20.1
<b>Estruturas agrícolas</b>	
Superfície Total das explorações agrícolas (ha)	820.42
Número de explorações	68
Superfície Agrícola Utilizada	756.95
Superfície Agrícola Utilizada por exploração	11.1
Superfície Total por exploração	12.065
Superfície Agrícola Utilizada em % da Superfície Territorial	47
Superfície Total das explorações em % da Superfície Territorial	51
Nº total de bovinos	228
Nº total de bovinos por SAU	0.3
Nº total de ovinos	1755
Nº total de ovinos por SAU	2.3
Superfície em conta própria em % da SAU	90.2
Superfície em arrendamento em % da SAU	9.8
ha da SAU por tractor	16
Nº de jovens instalados entre 1986 e 1999	0
% do Número de explo. com rendimento do agreg. dom. exclusiva agrícola	19.1
% do Número de explorações com rendimento principalmente agrícola	32.4
% do Número de explorações com rendimento principalmente não agrícola	48.5
Superfície Agrícola não Utilizada em % da Superfície Agrícola Total	2
Evolução da SAU de 89 a 99 em %	-15.1
Evolução da superfície agrícola não utilizada entre 89 e 99 em %	0.0
Evolução da superfície de pastagens permanentes entre 89 e 99 em %	14.5
Evolução da superfície total de culturas permanentes entre 89 e 99 em %	24.5
Evolução do número de bovinos entre 89 e 99 em %	-6.6
Evolução do número de ovinos entre 89 e 99 em %	54.8
Evolução do número de explorações entre 89 e 99 em %	-26.1

Fontes: INE- Recenseamentos Agrícolas 1989 e 1999, Censos da População de 2001 e 1991

### Quadro 3

Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Vilar de Ossos

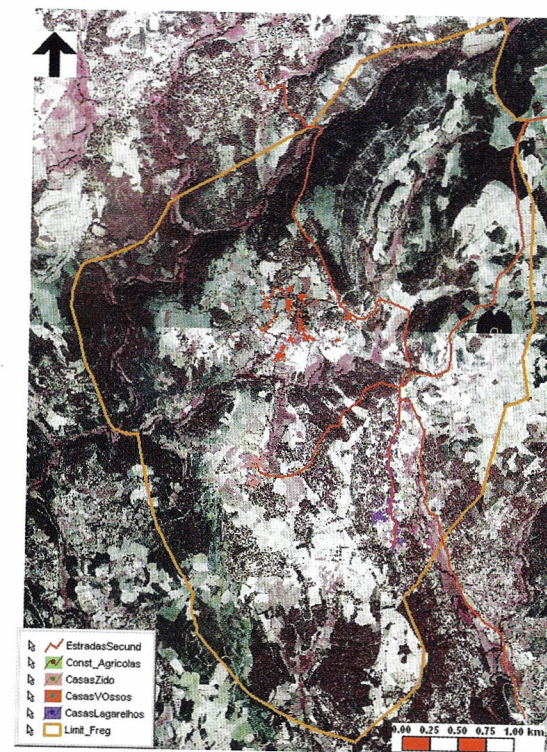


Figura 2

Ortofotomapa da freguesia de Vilar de Ossos

Nesta freguesia a estrutura de uso da terra sofre uma modificação acentuada ao longo do período estudado em virtude de uma dimi-nuição muito significativa das superfícies dedicadas à cultura cerealífera. Assim, de uma situação (ver Figura 3) em que quase todo o território era utilizado pela agricultura, mesmo nas zonas de relevo mais difícil, a cultura anual regride para uma muito menor extensão de território, mais próximo do núcleo urbano central das aldeias (ver Figura 4). Por outro lado, alguns usos da terra, como sejam os lameiros, o carvalhal, a vinha, e as hortas mantêm-se

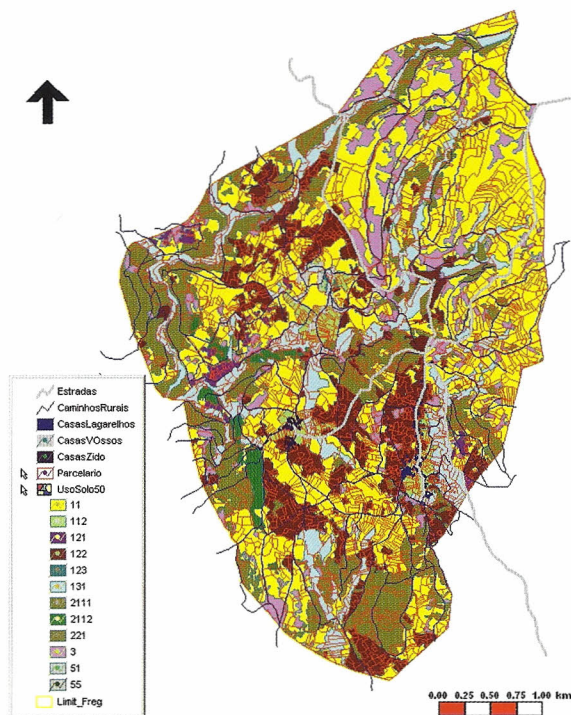


Figura 3

A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 1950

aproximadamente constantes. Também o castanheiro sofre um aumento pouco expressivo. A maior mudança surge, pois, nas culturas agrícolas anuais. Aqui verificam-se dois tipos de mudanças. Por um lado um abandono contínuo de superfícies, que começa nas zonas mais periféricas e marginais e se vai aproximando da zona central das aldeias; por outro lado, a partir dos anos 80 verifica-se uma mudança acentuada nos sistemas culturais utilizados: os cereais praticamente desaparecem das rotações culturais e só o cultivo de culturas forrageiras continua a sustentar a utilização agrícola destas superfícies. As superfícies abandonadas pela agricultura

ficam, na sua maioria, sem outra utilização e, nalguns casos, são reconvertidas em utilizações florestais (ver Quadro 4).

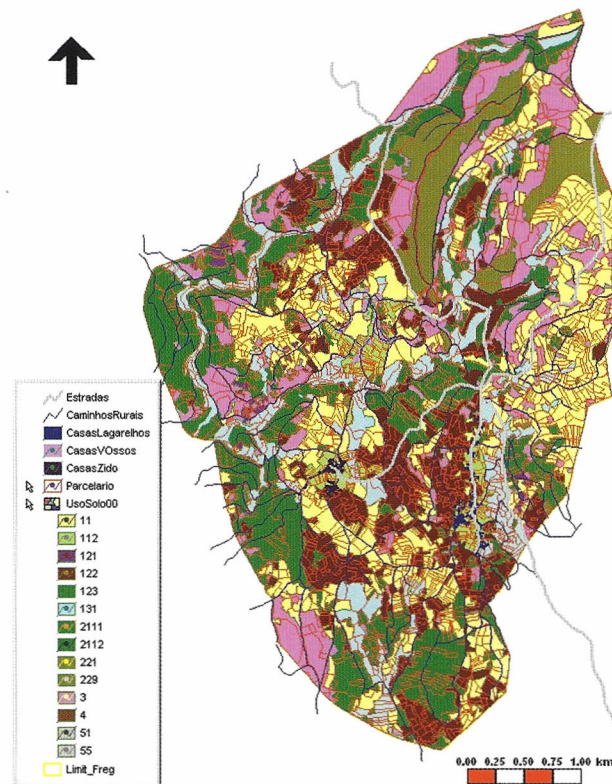


Figura 4

A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 2000

O baldio tem uma reduzida expressão na freguesia (cerca de 160 ha). Porém, a sua maior parte foi incluída no perímetro florestal da Serra da Coroa, tendo sido florestado com pinheiro bravo durante os anos 1950 e 1960. Algumas destas superfícies estavam anteriormente ocupadas com parcelas de cereal ou, na sua maioria, com matos.

em %

Usos da terra	Anos				
	50	60	70	80	90
<b>1- Agricultura</b>					
11-Terras aráveis	42.1	35.9	29.7	24.3	24.1
112- Hortas	2.2	1.6	2.3	2.5	2.6
<b>Culturas permanentes</b>					
121- Vinha	0.9	1.0	1.0	0.8	0.6
122-Castanheiro	14.1	14.2	14.2	13.6	15.5
123- Pomares	0.0	0.1	0.1	0.2	0.3
124- Oliveira					
<b>Prados e pastagens permanentes</b>					
131- Lameiros	11.7	12.1	12.3	12.8	11.9
<b>2- Floresta</b>					
2111- Q. pyrenaica ou robur	18.4	18.5	19.0	21.2	20.9
2112- Q. rotundifolia	1.6	1.6	1.7	1.6	2.0
2113- Q. suber					
221- Pinheiro bravo	0.1	1.3	2.9	4.6	4.0
222- Castiçal					
223- Eucalipto					
Outros povo. introduzidos		1.3	1.6	2.4	2.4
<b>3- Matos e incultos</b>	8.3	11.9	14.5	15.3	14.8
<b>4- Improdutivo</b>					
<b>5- Social</b>					
51- Áreas urbanas	0.4	0.5	0.5	0.6	0.7
55- Outras áreas	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
<b>6- Água</b>					
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

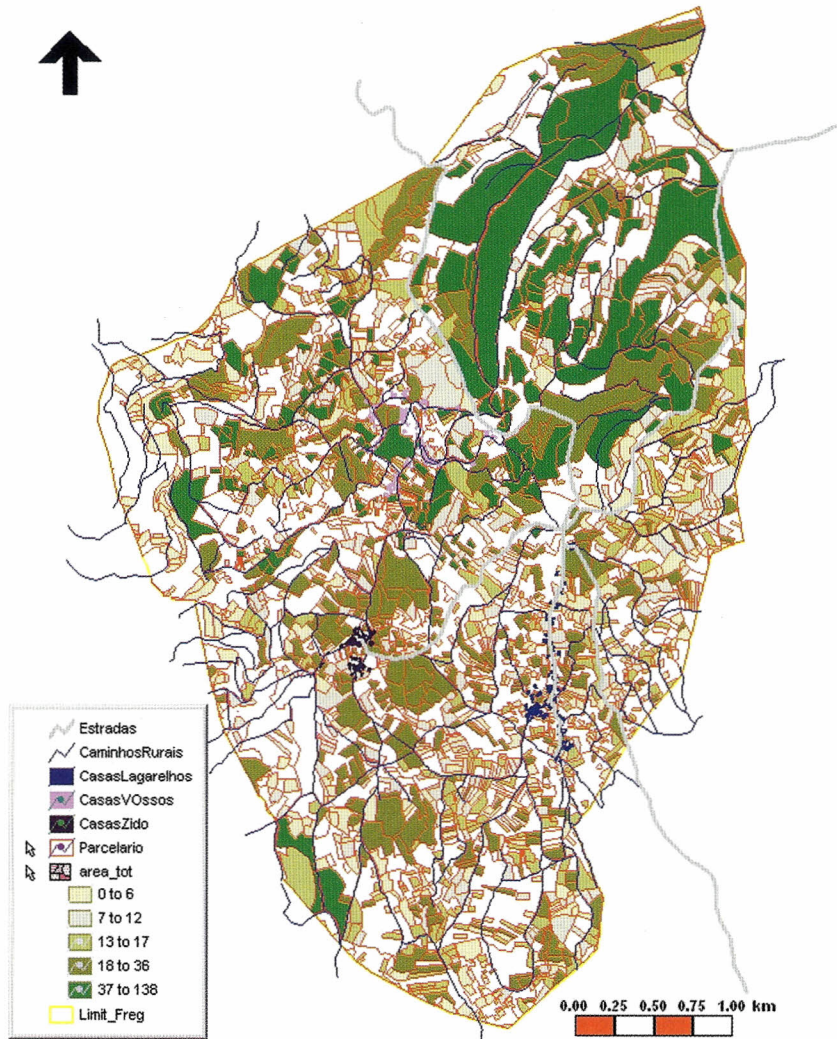
**Quadro 4**

A evolução do uso da terra na freguesia de Vilar de Ossos ao longo dos últimos 50 anos

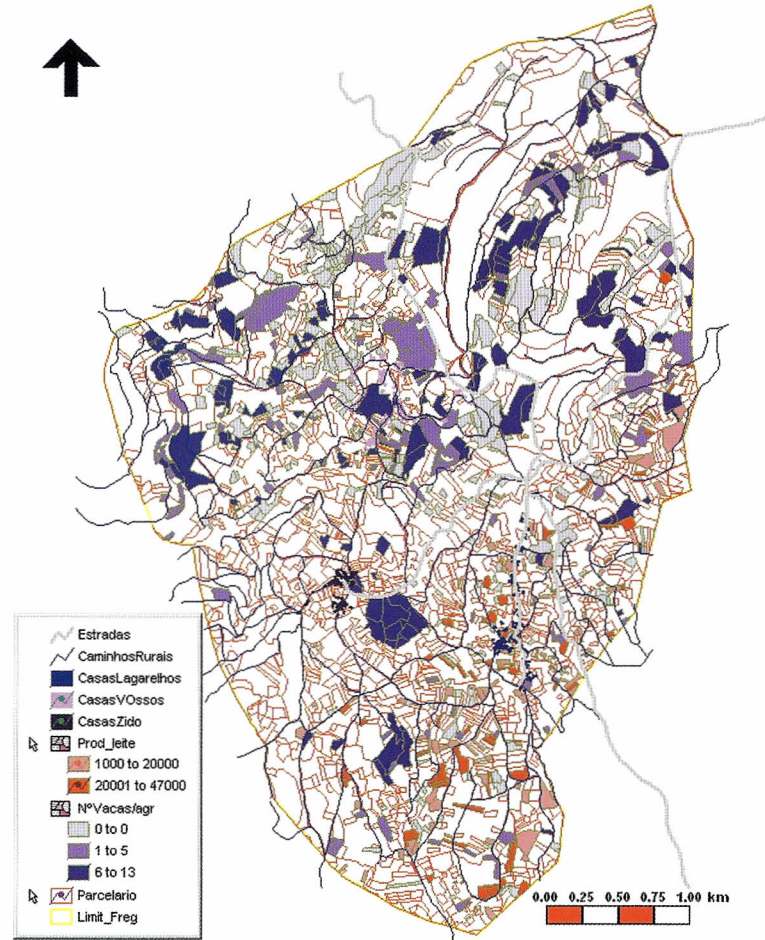
Na Figura 5 faz-se uma representação do sistema fundiário na freguesia de Vilar de Ossos em função da dimensão fundiária dos proprietários. Esta freguesia, mercê de condicionalismos históricos, apresenta um sistema fundiário peculiar. Assim, na parte norte da freguesia, em torno da aldeia de Vilar de Ossos, a estrutura da propriedade da terra é muito concentrada, dominando as grandes dimensões, tanto globais como das parcelas (ver Figura 5). Já na parte sul, no território da aldeia de Lagarelhos a propriedade é mais parcelada e muito menos concentrada. A agricultura profissional ou exclusiva centra-se, na freguesia, em torno das produções pecuárias. Na Figura 6 representa-se a distribuição territorial das explorações cuja principal orientação é a bovinicultura carne ou bovinicultura leite, segundo a dimensão dos efectivos.

Uma primeira conclusão, que resulta evidente a partir da observação da Figura 6, mostra uma clara separação entre a orientação produtiva na parte sul da freguesia, com um sistema fundiário mais parcelado, e a que domina na parte norte, onde a propriedade é mais concentrada. Assim, as explorações que se dedicam à produção de leite coincidem com a zona da pequena propriedade, ao passo que a produção de carne se concentra na parte mais a norte.

Comparando a distribuição dos efectivos pecuários com a configuração do sistema fundiário (Figuras 5 e 6) constata-se que esta orientação coincide com as médias dimensões fundiárias e que se dissocia tanto das pequenas como das muito grandes. Nesta últimas evoluiu-se para um uso da terra muito mais extensivo, onde a floresta ganha um peso importante. Nas mais pequenas o castanheiro e as culturas hortícolas constituem as opções dominantes.



**Figura 5** O sistema fundiário da freguesia de Vilar de Ossos



**Figura 6** O sistema fundiário da freguesia de Vilar de Ossos, segundo as principais orientações pecuárias.

## 5.2 Grijó de Parada

A freguesia de Grijó de Parada, situada a sul de Bragança (ver Figura 1), é composta pelas aldeias de Grijó de Parada e de Freixedelo. O território da freguesia, a uma altitude entre os 700 e 800 metros, é plano na sua maior extensão embora tenha uma zona bastante mais declivosa nas encostas do rio Sabor, onde a altitude desce até cerca de 400 metros. Todo o território se encontra em regime de propriedade privada.

A população residente na freguesia desce cerca de 17% de 1991 para 2001 situando-se nessa data em 380 residentes. A forte emigração, associada à manutenção de residência secundária na aldeia por parte de famílias que residem habitualmente em meio urbano, explica a existência de cerca de 40% de casas que apenas são ocupadas alguns dias por ano (ver Quadro 5).

Em 1999 existiam na freguesia 109 explorações agrícolas (Quadro 5) com uma superfície média de 17.8 hectares. Ao longo da última década, a par com a manutenção do número de explorações, verificou-se um ligeiro aumento da superfície agrícola utilizada, uma diminuição da superfície agrícola não utilizada e um grande crescimento das superfícies de pastagens permanentes e de culturas permanentes. Quanto aos efectivos pecuários, aumentou o número de ovinos e diminuiu o número de bovinos.

O padrão de uso da terra na freguesia ajusta-se muito claramente à orografia. A zona planáltica é maioritariamente aproveitada com culturas anuais de sequeiro, onde os cereais têm ainda um peso importante.

Variável	Valor
<b>Demografia</b>	
População Residente	380
População Residente 91	460
Varição da popu.residente 91_01 (%)	-17
População residente de 0 a 14 anos em % da pop residente	14
População residente de 15 a 24 anos em % da pop residente	11
População residente de 25 a 64 anos em % da pop residente	48
População residente com mais de 65 anos em % da pop residente	26
Nº de famílias clássicas	138
Dimensão média da família	2.8
Taxa de actividade	27.6
Alojamentos familiares clássicos	222
Alojamentos familiares clássicos/nº de famílias	1.6
Taxa de analfabetismo	19.3
<b>Estruturas agrícolas</b>	
Superfície total das explorações agrícolas (ha)	1936.2
Número de explorações	109
Superfície Agrícola Utilizada	1552.4
Superfície Agrícola Utilizada por exploração	14.2
Superfície Total por exploração	17.8
Superfície Agrícola Utilizada em % da Superfície Territorial	49
Superfície Total das explorações em % da Superfície Territorial	61
Nº total de bovinos	147
Nº total de bovinos por SAU	0.1
Nº total de ovinos	2103
Nº total de ovinos por SAU	1.4
Superfície em conta própria em % da SAU	88.4
Superfície em arrendamento em % da SAU	11.6
ha da SAU por tractor	27
Nº de jovens instalados entre 1986 e 1999	0
% do Número de explo. com rendimento do agreg. dom. exclusiva agrícola	19.3
% do Número de explorações com rendimento principalmente agrícola	33
% do Número de explorações com rendimento principalmente não agrícola	47.7
Superfície Agrícola não Utilizada em % da Superfície Agrícola Total	0
Evolução da SAU de 89 a 99 em %	5.7
Evolução da superfície agrícola não utilizada entre 89 e 99 em %	-94.5
Evolução da superfície de pastagens permanentes entre 89 e 99 em %	40.5
Evolução da superfície total de culturas permanentes entre 89 e 99 em %	92.5
Evolução do número de bovinos entre 89 e 99 em %	40.7
Evolução do número de ovinos entre 89 e 99 em %	25.4
Evolução do número de explorações entre 89 e 99 em %	1.9

Fontes: INE- Recenseamentos Agrícolas 1989 e 1999, Censos da População de 2001 e 1991

### Quadro 5

Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Grijó de Parada

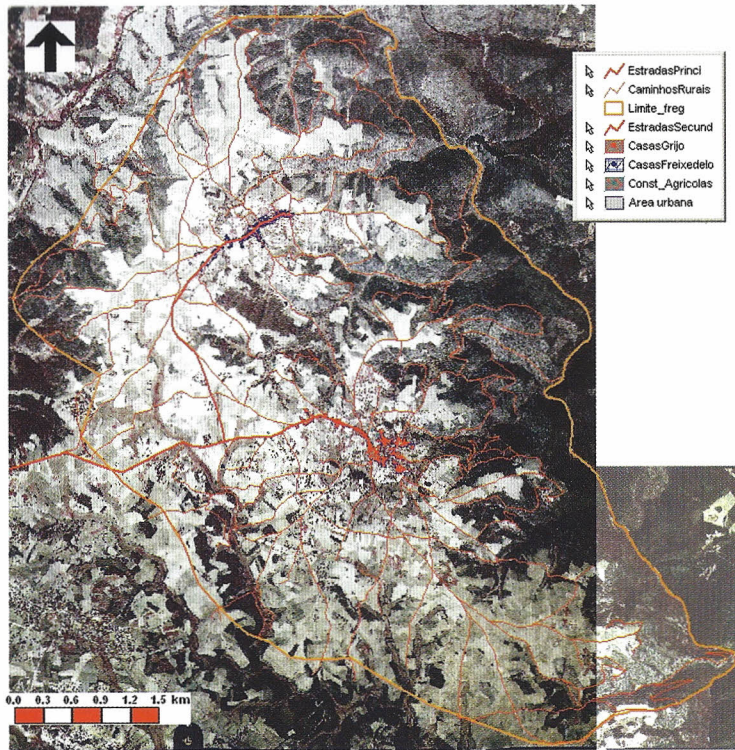


Figura 7 Ortofotomapa da freguesia de Grijó de Parada

Aproveitando as condições ecológicas de transição entre a terra fria e a terra quente transmontanas a vinha e a oliveira misturam-se com o castanheiro consoante a exposição determina mais ou menos *mediterrânea* idade. Esta matriz é entrecruzada pelos lameiros com disposição linear ao longo das linhas de água (ver Figura 8). As zonas de relevo mais difícil, outrora em grande parte cultivadas, estão agora cobertas de matos ou plantadas com povoamentos de pinheiro bravo.

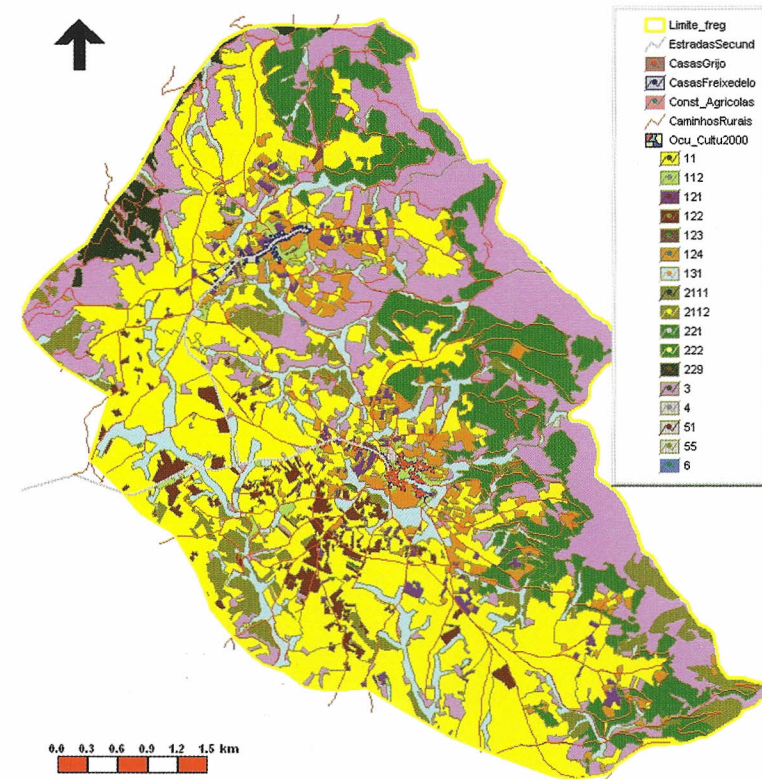


Figura 8 A distribuição dos usos da terra na freguesia de Grijó de Parada em 2000

Ao longo da série de 50 anos analisada (ver Quadro 6), podemos agrupar as modificações ocorridas em dois grandes grupos: na zona agrícola mais intensiva, em torno das aldeias, as alterações de uso do solo são muito pouco significativas, consistindo, sobretudo, numa progressão da oliveira mais acentuada a partir dos anos 80. A introdução de novos olivais tem sempre lugar em terrenos anteriormente ocupados com culturas anuais

(ver Figuras 8 e 9). Por outro lado, nas zonas mais periféricas e declivosas, assiste-se a um progressivo abandono de terrenos agrícolas. Estes terrenos ficam sem qualquer utilização até meados dos anos 1980, altura em que são florestados com pinheiro bravo. Nas restantes componentes do uso do território a estabilidade é a regra. A vinha, as hortas, os lameiros, os carvalhais, mantêm-se com muito poucas alterações de usos ao longo do período analisado.

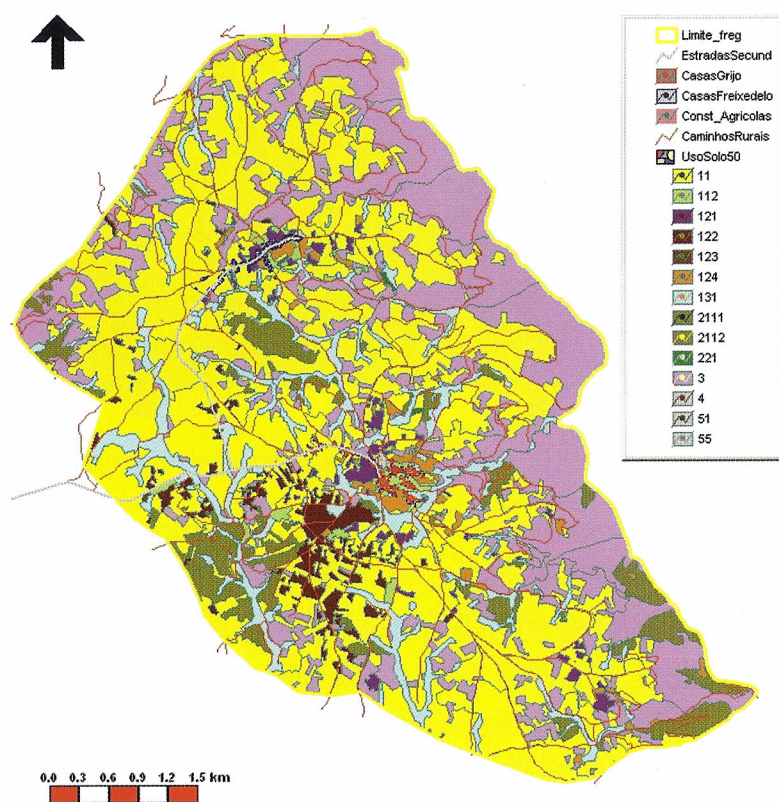


Figura 9

A distribuição dos usos da terra na freguesia de Vilar de Ossos em 1950

Usos da terra	Anos				
	50	60	70	80	90
em %					
<b>I- Agricultura</b>					
I1-Terras aráveis	49.1	40.6	38.8	37.0	37.0
I12- Hortas	1.1	1.0	1.0	1.0	1.0
<b>Culturas permanentes</b>					
I21- Vinha	1.3	1.4	1.5	1.8	1.4
I22-Castanheiro	2.5	2.4	2.0	2.1	2.7
I23- Pomares	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2
I24- Oliveira	1.2	1.6	2.4	3.2	4.3
<b>Prados e pastagens perma.</b>					
I31- Lameiros	7.6	7.6	8.1	8.1	8.1
<b>2- Floresta</b>					
2111- Q. pyrenaica ou robur	5.7	5.6	5.4	5.5	4.5
2112- Q. rotundifolia	0.9	0.9	0.9	0.7	0.7
2113- Q. suber					
221- Pinheiro bravo	0.1	0.1	0.1	0.2	14.4
222- Castiçal					0.0
223- Eucalipto					
Outros povo. introduzidos					1.5
<b>3- Matos e incultos</b>	30.1	38.3	39.2	39.7	23.6
<b>4- Improdutivo</b>	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2
<b>5- Social</b>					
51- Áreas urbanas	0.3	0.3	0.4	0.5	0.5
55- Outras áreas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>6- Água</b>					
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Quadro 6

A evolução do uso da terra na freguesia de Grijó de Parada ao longo dos últimos 50 anos

### 5.3 Cortiços

A freguesia de Cortiços<sup>7</sup> é constituída pelas aldeias de Cortiços e de Cernadela. Localiza-se na parte Sudoeste do concelho de Macedo de Cavaleiros, junto ao principal eixo viário que liga o Alto Trás-os-Montes ao litoral (ver Figura 1).

Apresenta um relevo acidentado, com cotas que sobem até aos 789 m a Norte, descendo depois no Vale de Ribeira de Carvalhais até aos 450 m para subir de novo na parte Sul da freguesia. As duas aldeias que a integram situam-se a meia encosta, uma de frente da outra, nas encostas do vale da Ribeira de Carvalhais (ver Figura 10).

A população residente na freguesia era de 416 habitantes em 2001, o que representa uma quebra de 9,2 % face a 1991. Apesar disso, o número de alojamentos regista um acréscimo de 7,6% no mesmo período, para o que terá contribuído a construção de casas para ocupação pontual por indivíduos que não residem na freguesia.

A freguesia, em 1999, registava 105 explorações agrícolas com uma área média de 11.4 hectares (ver quadro 7). Destas, só 5.7 % correspondem a famílias cujo rendimento provém exclusivamente da exploração agrícola. Face a 1989, tanto o número de explorações como a superfície agrícola utilizada decrescem. O mesmo acontece com os efectivos pecuários, sendo sobretudo marcada a diminuição de bovinos.

Conforme a estrutura típica de uso da terra nas aldeias da região, em torno dos núcleos urbanos distribuem-se as culturas agrícolas mais

<sup>7</sup> Esta freguesia foi objecto de uma monografia específica no âmbito deste projecto

Variável	Valor
<b>Demografia</b>	
População Residente	417
População Residente 91	458
Varição da popu.residente 91_01 (%)	-9
População residente de 0 a 14 anos em % da pop residente	11
População residente de 15 a 24 anos em % da pop residente	13
População residente de 25 a 64 anos em % da pop residente	42
População residente com mais de 65 anos em % da pop residente	34
Nº de famílias clássicas	154
Dimensão média da família	2.7
Taxa de actividade	26
Alojamentos familiares clássicos	311
Alojamentos familiares clássicos/nº de famílias	2
Taxa de analfabetismo	28.4
<b>Estruturas agrícolas</b>	
Superfície total das explorações agrícolas (ha)	1200.3
Número de explorações	105
Superfície Agrícola Utilizada	810.8
Superfície Agrícola Utilizada por exploração	7.7
Superfície Total por exploração	11.4
Superfície Agrícola Utilizada em % da Superfície Territorial	33
Superfície Total das explorações em % da Superfície Territorial	49
Nº total de bovinos	35
Nº total de bovinos por SAU	0.0
Nº total de ovinos	912
Nº total de ovinos por SAU	1.1
Superfície em conta própria em % da SAU	97.6
Superfície em arrendamento em % da SAU	2.4
ha da SAU por tractor	17
Nº de jovens instalados entre 1986 e 1999	0
% do Número de explo. com rendimento do agreg. dom. exclusiva agrícola	5.7
% do Número de explorações com rendimento principalmente agrícola	39
% do Número de explorações com rendimento principalmente não agrícola	55.2
Superfície Agrícola não Utilizada em % da Superfície Agrícola Total	15
Evolução da SAU de 89 a 99 em %	-35.6
Evolução da superfície agrícola não utilizada entre 89 e 99 em %	214.8
Evolução da superfície de pastagens permanentes entre 89 e 99 em %	-69.8
Evolução da superfície total de culturas permanentes entre 89 e 99 em %	8.3
Evolução do número de bovinos entre 89 e 99 em %	-32.7
Evolução do número de ovinos entre 89 e 99 em %	-9.9
Evolução do número de explorações entre 89 e 99 em %	-7.9

Fontes: INE- Recenseamentos Agrícolas 1989 e 1999, Censos da População de 2001 e 1991

#### Quadro 7

Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Cortiços

intensivas e, nas zonas mais periféricas, os usos mais extensivos. Tratando-se de uma zona com condições ecológicas muito favoráveis à oliveira, esta espécie assume uma grande importância na freguesia.

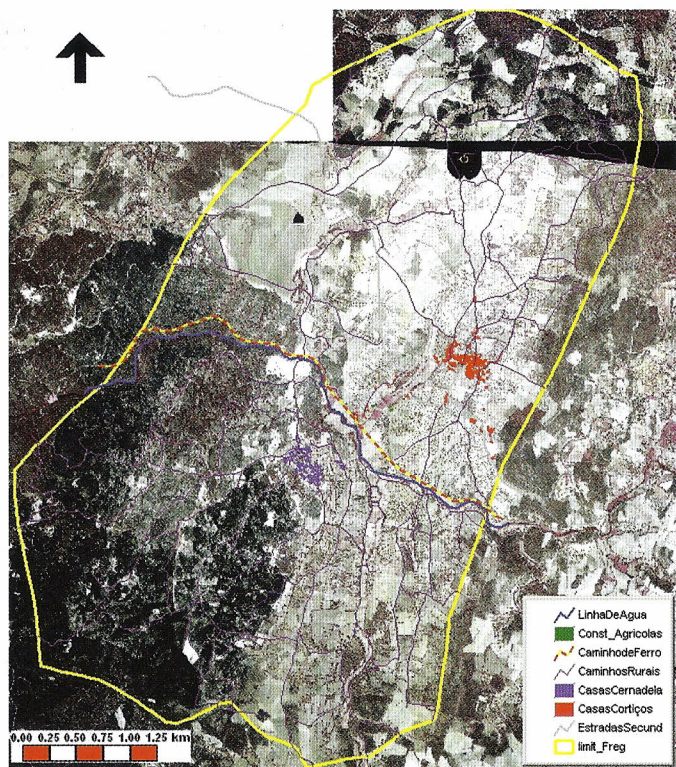


Figura 10 Ortofotomapa da freguesia de Cortiços

A floresta ocupa quase metade da superfície territorial da freguesia, localizando-se, fundamentalmente, nas áreas mais declivosas e de maior altitude. Consoante as condições ecológicas as espécies florestais vão alternando. Assim, nas zonas mais expostas a Sul domina o sobreiro, enquanto que nas zonas mais frias se instala o pinheiro bravo (ver Figura 11). As restantes espécies florestais são residuais. Recentemente, a área de pinheiro bravo sofreu uma redução drástica em consequência dos incêndios ocorridos na zona.

O regime de apropriação da terra é maioritariamente o da propriedade privada. O baldio ocupa uma área de apenas 50 ha, sendo a sua gestão da responsabilidade da Junta de Freguesia de Cortiços. Estas superfícies são ocupadas essencialmente por matos e alguns sobreiros, sendo ainda utilizados para o pastoreio de ovinos e caprinos.

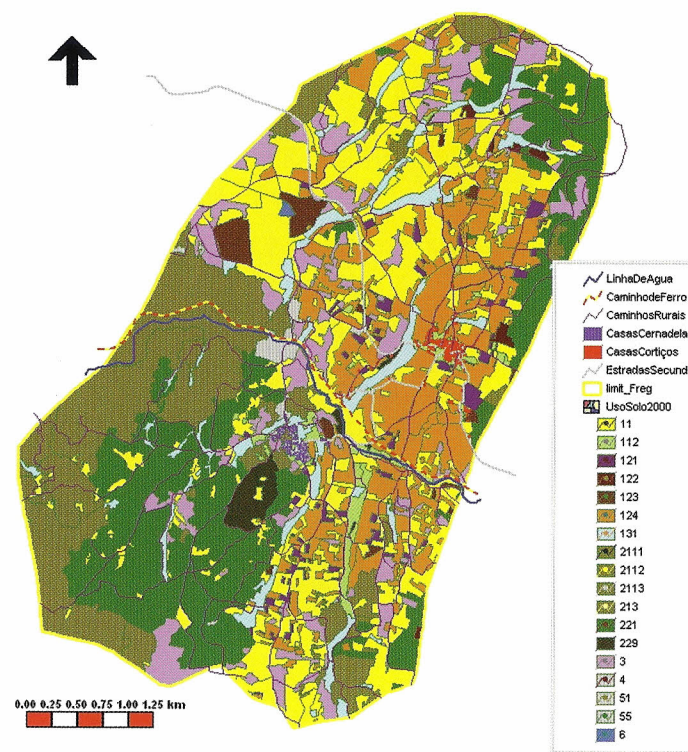


Figura 11 A distribuição dos usos da terra na freguesia de Cortiços 2000

Nesta freguesia, as mudanças de uso da terra ao longo do período de 50 anos analisado foram muito significativas. As culturas anuais, onde a cerealicultura

assumia o maior peso, ocupavam nos anos 1950 (ver Figura 12) metade da área territorial da freguesia, aproveitando mesmo terrenos marginais e com declives acentuados. Estes terrenos vão sendo progressivamente abandonados, sobretudo por incompatibilidade com a crescente introdução da mecanização. Simultaneamente, alguns destes terrenos vão sendo plantados com olival, de tal forma que a área desta cultura quase duplica no período analisado. Desta forma, as culturas anuais reduzem a sua extensão para menos de metade face ao início do período (ver Quadro 8).

Os terrenos marginais abandonadas são, em grande parte, florestados com pinheiro bravo a partir de meados dos anos 1980. Porém, os incêndios consumiram já uma boa parte desta floresta.

Quanto aos restantes usos da terra, as alterações ocorridas são de muito reduzida extensão.

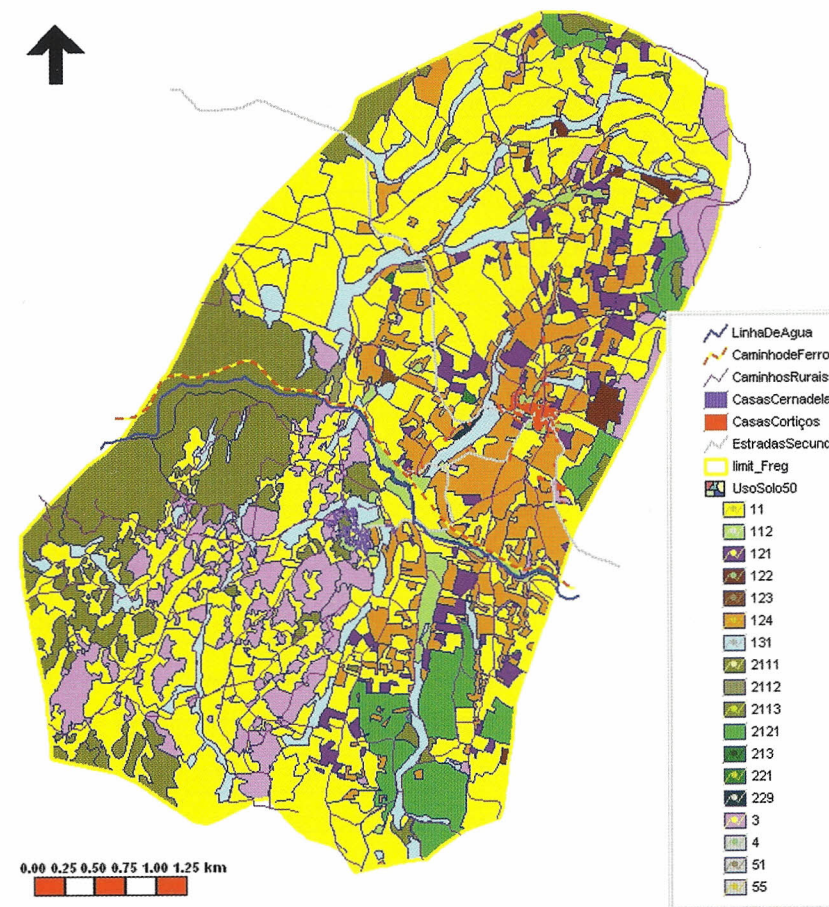


Figura 12

A distribuição dos usos da terra na freguesia de Cortiços em 1950

em %

Usos da terra	Anos				
	50	60	70	80	90
<b>I- Agricultura</b>					
11-Terras aráveis	50.0	44.2	34.7	28.7	22.7
112- Hortas	1.6	1.6	1.4	1.5	1.4
<b>Culturas permanentes</b>					
121- Vinha	2.9	3.0	2.8	3.7	1.5
122- Castanheiro	0.6	0.6	0.5	0.4	0.4
123- Pomares	0.1	0.1	0.5	0.8	1.3
124- Oliveira	10.8	11.3	13.1	13.4	16.4
<b>Prados e pastagens perma.</b>					
131- Lameiros	5.7	5.6	5.0	4.9	4.5
<b>2- Floresta</b>					
2111- Q. pyrenaica ou robur	0.3	0.3	0.4	0.6	0.4
2112- Q. rotundifolia	0.2	0.2	0.2	0.3	0.4
2113- Q. suber	19.2	20.1	20.5	20.1	18.7
221- Pinheiro bravo	0.1	0.1	0.1	0.2	20.6
222- Castiçal					
223- Eucalipto					
Outros povo. introduzidos	0.1	0.1	0.1	0.1	1.1
<b>3- Matos e incultos</b>	<b>8.0</b>	<b>12.4</b>	<b>19.9</b>	<b>24.3</b>	<b>9.0</b>
<b>4- Improdutivo</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>	<b>0.2</b>	<b>0.8</b>
<b>5- Social</b>					
51- Áreas urbanas	0.4	0.5	0.5	0.6	0.7
55- Outras áreas	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0
<b>6- Água</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Quadro 8**

A evolução do uso da terra na freguesia de Cortiços ao longo dos últimos 50 anos

## 5.4 Parâmio

A freguesia de Parâmio, situada a norte de Bragança (ver Figura 1), é composta pelas aldeias de Parâmio, Fontes, Maçãs e Zeive (ver Figura 13). O território da freguesia, a uma altitude entre os 1100 e 700 metros, é planáltico na sua maior extensão tendo porém zonas de relevo acidentado nas encostas do rio Baceiro e na parte norte da freguesia. Uma parte significativa do território encontra-se em regime de propriedade comum (baldio).

A população residente na freguesia desce cerca de 30% de 1991 para 2001 situando-se nessa data em 281 residentes. A forte emigração, interna e externa, explica a existência de cerca de 36% de casas que apenas são ocupadas alguns dias por ano (ver Quadro 9).

Em 1999 existiam na freguesia 123 explorações agrícolas (Quadro 9) com uma superfície média de 13.8 hectares. Ao longo da última década verificou-se um ligeiro aumento do número de explorações, uma pequena diminuição da superfície agrícola utilizada e um grande crescimento das superfícies de pastagens permanentes e, sobretudo, de culturas permanentes. Quanto aos efectivos pecuários, ocorreu uma diminuição tanto de bovinos como de ovinos.

Nesta freguesia, para além da análise da evolução do uso da terra no último meio século, procedeu-se à recolha de informação sobre o sistema fundiário e os modos de vida das famílias, pelo que, considerando a complexidade do trabalho, se restringiu a análise a uma das aldeias da freguesia.

Variável	Valor
<b>Demografia</b>	
População Residente	281
População Residente 91	400
Varição da pop.residente 91_01 (%)	-30
População residente de 0 a 14 anos em % da pop residente	10
População residente de 15 a 24 anos em % da pop residente	6
População residente de 25 a 64 anos em % da pop residente	45
População residente com mais de 65 anos em % da pop residente	39
Nº de famílias clássicas	119
Dimensão média da família	2.4
Taxa de actividade	37.5
Alojamentos familiares clássicos	187
Alojamentos familiares clássicos/nº de famílias	1.6
Taxa de analfabetismo	29.3
<b>Estruturas agrícolas</b>	
Superfície total das explorações agrícolas (ha)	1698.8
Número de explorações	123
Superfície Agrícola Utilizada	1253.3
Superfície Agrícola Utilizada por exploração	10.2
Superfície Total por exploração	13.8
Superfície Agrícola Utilizada em % da Superfície Territorial	54
Superfície Total das explorações em % da Superfície Territorial	73
Nº total de bovinos	208
Nº total de bovinos por SAU	0.2
Nº total de ovinos	912
Nº total de ovinos por SAU	0.7
Superfície em conta própria em % da SAU	84.7
Superfície em arendamento em % da SAU	14.1
ha da SAU por tractor	28
Nº de jovens instalados entre 1986 e 1999	0
% do Número de explo. com rendimento do agreg. dom. exclusiva agrícola	4.1
% do Número de explorações com rendimento principalmente agrícola	18.7
% do Número de explorações com rendimento principalmente não agrícola	77.2
Superfície Agrícola não Utilizada em % da Superfície Agrícola Total	11
Evolução da SAU de 89 a 99 em %	-1.1
Evolução da superfície agrícola não utilizada entre 89 e 99 em %	179.3
Evolução da superfície de pastagens permanentes entre 89 e 99 em %	6.4
Evolução da superfície total de culturas permanentes entre 89 e 99 em %	80.3
Evolução do número de bovinos entre 89 e 99 em %	-10.7
Evolução do número de ovinos entre 89 e 99 em %	-21.6
Evolução do número de explorações entre 89 e 99 em %	4.2

Fontes: INE- Recenseamentos Agrícolas 1989 e 1999, Censos da População de 2001 e 1991

#### Quadro 9

Alguns indicadores estatísticos para a freguesia de Parâmio



Figura 13

Ortofotomapa da freguesia do Parâmio

No início do período estudado (1947), o território da aldeia (cerca de 1300 ha) era largamente utilizado pela agricultura. A rotação “cereal x pousio” ocupava cerca de 22% do território e algumas zonas mais inclinadas eram igualmente utilizadas na produção de centeio, neste caso com recurso a pousios mais longos. O baldio mantinha um coberto arbóreo (matos) aproveitado pelos ovinos, sustentando múltiplos outros usos e, numa proporção considerável, permitia o cultivo de cereal com base neste último tipo de rotação mais extensiva. A floresta resumia-se quase exclusivamente ao carvalho em propriedade privada e, numa muito pequena proporção, a pequenas parcelas de pinheiro bravo, igualmente em propriedade privada (ver Figura 14). No período 1947 – 1958 (ver Quadro 10) o aproveitamento do território prolonga-se até ao limite do possível, estendendo-se a cultura do cereal mesmo às zonas mais íngremes. Na zona da propriedade privada os matos praticamente desaparecem e o desmatamento de parcelas no baldio (bouças) progride acentuadamente. Entretanto, inicia-se a aplicação na aldeia do programa de florestação dos baldios do Plano de Povoamento Florestal, o qual constitui uma alteração de grande impacto, sendo arborizada com pinheiro bravo uma área do baldio próxima dos 150 ha, dos quais cerca de 25 estavam ocupados com parcelas de cereal e os restantes com matos (ver Quadro 10).

Este movimento de florestação do baldio sofre, porém, uma paragem durante os anos seguintes. Assim, no período de 1958 a 1968 não são efectuadas novas arborizações e as alterações do uso da terra são muito marginais: uma pequena progressão das courelas de cereal noutras zonas do baldio, eventualmente para compensar as que tinham anteriormente

sido perdidas para a floresta, e uma muito ligeira progressão do castanheiro (ver Quadro 10). Outros usos da terra manifestam uma grande estabilidade durante todos estes anos: a vinha, ocupando as áreas onde é possível, não sofre alterações na superfície total, o mesmo se passando com as hortas, lameiros e rotações intensivas de culturas anuais. Estes tipos de usos, mais fortemente condicionados pelas condições naturais e regulados pelo regime de propriedade privada, têm a sua possibilidade de expansão muito limitada. O carvalho e o castanheiro revelam também uma elevada estabilidade, embora a superfície deste último mostre já uma ligeira tendência de crescimento.

De 1968 a 1980 o processo de florestação do baldio sofre novo impulso. São neste período florestados com pinheiro bravo mais 280 ha, cerca de 70% dos quais conquistados aos matos e os restantes ao cereal. O baldio fica assim quase integralmente ocupado por floresta. Quanto aos outros usos, a nota dominante é a regressão do cereal e uma ligeira progressão do castanheiro. O centeio mais extensivo, com base em pousios longos, desaparece: no baldio por imposição da floresta, nas restantes zonas por abandono das terras mais inclinadas que regressam aos matos. A própria rotação “cereal x pousio” regride ligeiramente por abandono de algumas terras mais distantes e marginais e por transferência de outras para o castanheiro, embora, neste caso, a cultura sob coberto se mantenha quase sempre, pelo menos durante os primeiros anos. A área agrícola confina-se assim à zona mais central do território da aldeia: a relação com o baldio, integralmente ocupado pelo pinheiro, rompe-se e as zonas mais marginais regressam aos matos. Só os lameiros estendem radialmente ao longo das linhas de água a ligação agrícola com o território até às zonas mais distantes.

Nos dez anos seguintes a paisagem não se altera muito. As grandes tendências mantêm-se: as culturas anuais regredem, sendo substituídas pelo castanheiro, e surgem algumas tendências novas: alguma vinha começa a ser abandonada, sendo substituída por árvores de fruto, castanheiro ou

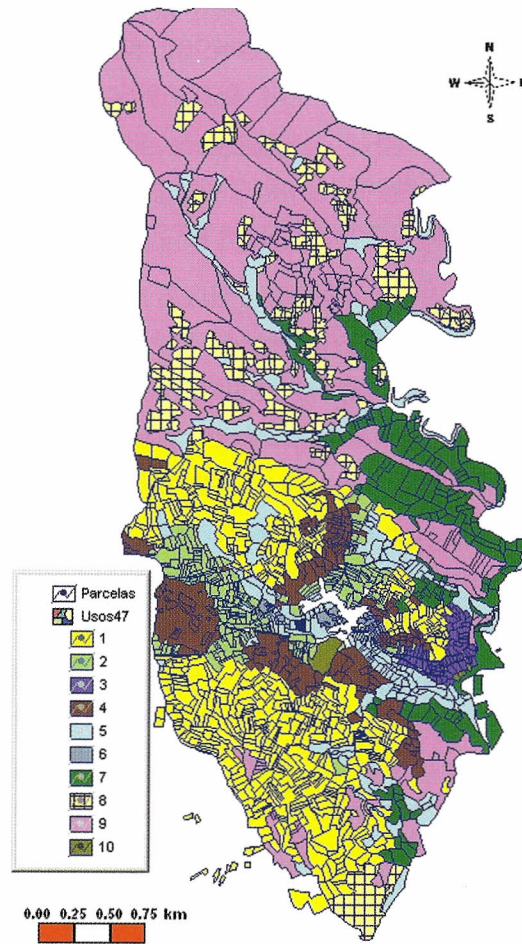


Figura 14

A distribuição dos usos da terra na aldeia de Parâmio em 1947

simplesmente pelos matos; os lameiros mais distantes começam também a ser abandonados, sendo invadidos pelo carvalhal e árvores ripícolas. Uma nota ainda para a florestação de uma pequena área com pinheiro bravo, carvalho e castanheiro, outrora dedicada à produção cerealífera extensiva e mais recentemente ocupada com matos. A plantação decorre no âmbito do Programa de Acção Florestal mas degrada-se rapidamente e em 2000 essa área tinha já integralmente regressado aos matos.

Nos anos seguintes a tendência de abandono das culturas anuais intensifica-se notoriamente. Comparativamente com o início do período (1947), em 2000 a superfície de culturas anuais reduz-se a cerca de um terço, ao passo que a superfície de castanheiro mais do que duplica, ocupando as terras anteriormente dedicadas a esta cultura. A vinha quase desaparece, os lameiros mais afastados são em grande parte abandonados e as hortas, embora globalmente mantenham as mesmas superfícies, reduzem significativamente a intensificação do uso da terra. Quanto à floresta do baldio, sem manutenção e não merecendo mais do que a indiferença por parte da população, desaparece quase completamente em dois incêndios, devolvendo o baldio aos matos, porém agora já sem usos (ver Figura 15).

A relação da sociedade com o território sofre portanto transformações profundas ao longo destes 50 anos. De uma situação em que o uso da terra se optimizava para permitir o sustento de uma comunidade rural em expansão demográfica, hoje a relação com o território é largamente intermediada pelas políticas e não assegura mais que o sustento em exclusivo (ou pelo menos enquanto fonte principal de rendimentos) de cinco famílias, embora proporcione benefícios complementares, de

em %

Usos da terra	Anos					
	1947	1958	1968	1980	1990	2000
<b>I- Agricultura</b>						
I1-Terras aráveis I	21.78	22.33	21.30	17.98	15.64	10.24
I1-Terras aráveis II	4.53	4.72	4.59	4.27	4.11	2.78
I1-Terras aráveis III	8.62	11.35	11.73	0.34	0.00	0.00
I12- Hortas	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50
<b>Culturas permanentes</b>						
I21- Vinha	1.10	1.10	1.10	1.07	0.99	0.47
I22- Castanheiro	6.22	6.34	7.50	10.26	12.32	18.00
<b>Prados e pastagens permanentes</b>						
I31- Lameiros	8.73	8.73	8.73	8.67	8.44	7.28
<b>2- Floresta</b>						
2111- Q. pyrenaica ou robur	9.16	9.16	9.13	9.87	9.89	11.08
221- Pinheirobravo	0.33	12.75	13.34	37.68	37.84	8.63
<b>3- Matos e incultos</b>						
3- Matos e incultos	39.03	23.03	22.08	9.37	10.28	41.02
<b>4- Improdutivo</b>						
4- Improdutivo	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10
<b>5- Social</b>						
51- Áreas urbanas	0.40	0.40	0.40	0.40	0.40	0.40
55- Outras áreas						
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

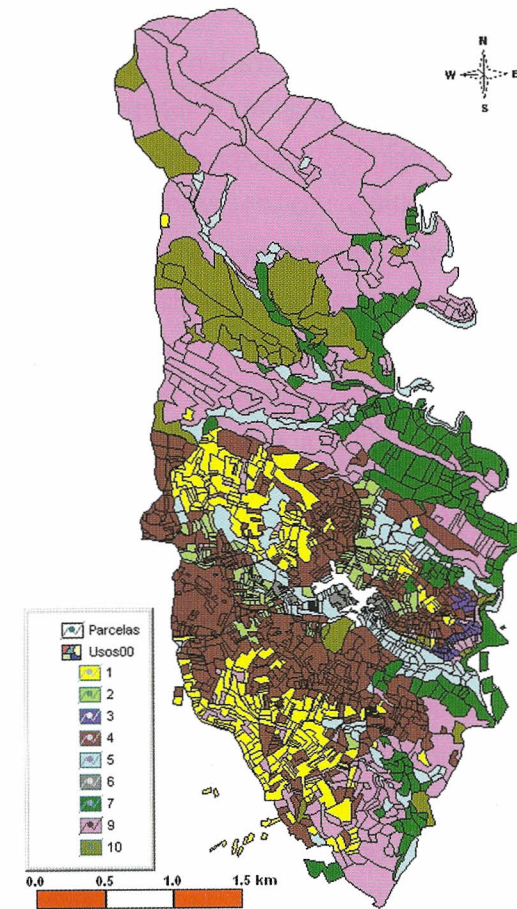
**Quadro 10**

A evolução do uso da terra no território da aldeia (1947-1999)

Nota: I1-Terras aráveis I - Terras dedicadas a uma rotação cerealífera mais extensiva, com um ano de pousio; Terras aráveis II - Terras dedicadas a uma rotação mais intensiva sem pousio; Terras aráveis III - Terras dedicadas ao cultivo de cereal com pousios longos.

natureza monetária ou não, a um elevado número de outras. Ao longo deste processo não só o sistema de uso sofre mutações profundas, mas também o sistema fundiário e, obviamente, o sistema social.

Neste estudo de caso, como se referiu, analisou-se com mais detalhe a relação entre a sociedade e o seu território, procurando responder a algumas questões que determinam as dinâmicas de uso do território.



**Figura 15**

A distribuição dos usos da terra na aldeia de Parâmio em 2000

Que configuração assumem os direitos de propriedade sobre a terra? Como se articulam com as mudanças de modos de vida das famílias? De que forma determinam a regulação do uso da terra?

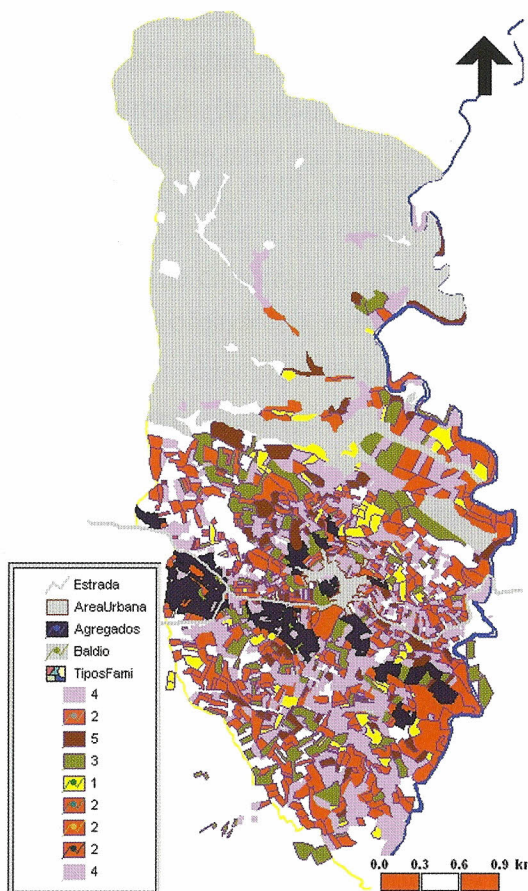
A Figura 15 permite uma leitura geral. Representa-se aí a configuração espacial dos regimes de propriedade e a relação entre a diversidade de grupos sociais e a propriedade da terra. Um pouco menos de metade do território, correspondendo às zonas mais afastadas do centro urbano da aldeia, permanece em regime de propriedade comunitária – baldio –, estando o restante sujeito ao regime de propriedade privada. Rigorosamente, deve ainda distinguir-se uma pequena parte, constituída por várias parcelas, que sendo propriedade da paróquia, está sujeita a uma administração colectiva.

Classificaram-se as famílias da aldeia, com base em informação recolhida por inquérito, segundo a mesma tipologia que anteriormente se referiu, ou seja: (i) Rurais diversificados: famílias que mantêm uma residência rural, conjugando uma actividade remunerada exterior, correspondendo mais frequentemente a um trabalho assalariado e menos a um emprego estável, com uma actividade agrícola complementar. (ii) Urbanos Agrícolas: famílias que conjugam uma residência urbana e um emprego estável em meio urbano, com uma actividade agrícola de complemento. (iii) Agricultores empresários: famílias que integram uma actividade agrícola com outras actividades complementares de prestação de serviços sustentadas nos meios de capital de que dispõem (alugador de máquinas, turismo, ou outras), ou que, pela maior dimensão da actividade agrícola, recorrem a trabalho assalariado. (iv) Agricultores idosos: famílias cujo casal

ou chefe da exploração recebem já uma pensão de reforma e que, pela idade e menor disponibilidade de força de trabalho, mantêm uma actividade agrícola mais reduzida. (v) Agricultores profissionais ou agricultores exclusivos: famílias cujo casal está em idade activa e obtém os seus rendimentos exclusivamente ou principalmente a partir da agricultura.

Representando espacialmente a distribuição da propriedade detida por cada um dos grupos sociais (ver Figura 16) não é possível, numa simples análise visual, identificar diferenças significativas no que respeita à distribuição espacial da propriedade. Em todos os grupos a propriedade reparte-se por diversas parcelas, dispersas ao longo do território e aproveitando condições ecológicas distintas. É, isso sim, evidente a diferenciação do reticulado de parcelas ao longo do espaço, apertando a malha nalgumas zonas mais próximas do povoado e alargando-a à medida que a marginalidade se acentua. Nalgumas zonas (representadas a negro) a atomização da propriedade é de tal forma elevada que não foi possível individualizar as parcelas: caso da zona das hortas (*veiga*), bem como dos soutos em que, ao longo de uma mancha contínua, a cada duas ou três árvores corresponde frequentemente um proprietário distinto.

Veja-se então de que forma os diferentes tipos de famílias utilizam a terra. Começa-se por abordar a questão dos usos da terra que mantêm as famílias urbanas, com uma actividade agrícola residual. O carvalhal e, em menor proporção, outros tipos de floresta constituem mais de 40% dessas superfícies. Os incultos representam quase sempre uma proporção importante das terras que estas famílias detêm, correspondendo a



**Figura 16**

A estrutura da propriedade fundiária segundo os regimes e os tipos de famílias

parcelas que, pela sua localização ou declive, dificultam ou inviabilizam a mecanização. Enquadram-se também nesta situação alguns lameiros mais distantes ou de relevo difícil, igualmente em situação de abandono. Em resumo, as famílias com residência urbana mantêm os direitos de uso

sobre as parcelas com floresta e sobre as parcelas que, pela sua marginalidade, não viabilizam usos agrícolas. Nas restantes o direito de uso é, normalmente, transferido (ver Quadro 11).

Os usos que envolvem a realização de culturas anuais estão, como seria

Tipo famílias	Inculto	Terra agrícola	Lameiro	Souto	Vinha	Pomar	Carvalho	Floresta
1- Rurais diversificados	4,96	46,23	7,47	22,25	0,00	1,55	15,48	2,06
2- Urbanos agrícolas	25,44	8,13	7,12	13,89	1,64	1,03	37,09	5,65
3- Agricultores empresários	1,20	65,31	15,11	6,76	0,46	0,30	10,86	0,00
4- Idosos agrícolas	7,83	10,91	10,69	24,85	1,91	2,61	34,31	6,89
5- Agricultores profissionais	2,15	41,59	34,61	17,18	0,22	0,00	4,00	0,25

**Quadro 11**

Utilização da superfície explorada segundo o tipo de famílias

de esperar, quase exclusivamente presentes nas famílias que mantêm uma actividade agrícola com importância nos seus modos de vida (*agricultores profissionais* e *agricultores empresários*), ainda que, em quase todas os restantes grupos de famílias se encontre uma pequena utilização agrícola da terra, em resultado, sobretudo, do cultivo de culturas hortícolas para consumo da própria família. É, contudo, importante atender a algumas diferenças no uso da terra entre as famílias com actividade agrícola. Assim, as famílias de “agricultores empresários” afectam uma proporção importante da terra que utilizam a culturas anuais (quase 60%), ao passo que nos “agricultores profissionais” são as pastagens permanentes que assumem maior relevo. Estas diferenças de usos correspondem a sistemas

de produção claramente distintos: mais mecanizados no primeiro caso e mais extensivos e orientados para a pecuária bovina no segundo caso. De facto, a grande maioria dos bovinos da aldeia encontra-se nas explorações dos “agricultores profissionais”.

São também as explorações de “agricultores empresários” que apresentam os maiores índices de mecanização. Nos “agricultores profissionais” só 40% das explorações possuem tractor. As restantes recorrem, portanto, ao aluguer ao exterior.

Por outro lado, os sistemas de produção das famílias com menor disponibilidade de mão-de-obra diferenciam-se ainda nitidamente dos anteriores. Nestes casos, as culturas anuais e a pecuária têm pouco significado e são os castanheiros que passam a assumir o maior relevo. Esta orientação é bem evidente nos “urbanos agrícolas”, mas também nos “rurais diversificados” e “idosos agrícolas”. Nestes casos, é sobretudo a disponibilidade de tempo de trabalho que determina as orientações dos sistemas de produção. Menos exigentes, estas actividades são compatíveis com disponibilidades residuais de trabalho dos diversos membros das famílias e, por isso, vão substituindo as culturas anuais, num processo de ajustamento aos modos de vida destas famílias.

Em resumo, verifica-se um ajustamento claro dos usos da terra aos modos de vida das famílias. Consoante a disponibilidade de trabalho e a relação das famílias com o território da aldeia, assim os usos são mais ou menos intensivos na utilização do trabalho.

Sistemas complexos de cedência de direitos de propriedade, com base em contratualizações muito pouco formalizadas, permitem o ajustamento

entre um quadro de propriedade fundiária muito parcelada e sistemas de exploração que requerem um uso extensivo da terra. Neste quadro, o abandono de superfícies é determinado sobretudo por razões técnicas, relacionadas com a sustentabilidade dos usos e facilidade de mecanização, e não por factores de ordem económica ou demográfica.

## 6. Conclusão

Recorrendo a diversas fontes secundárias de informação, conjugadas com alguns estudos de caso, procurou-se nesta fase do “Observatório Rural” fazer uma apreciação genérica do uso da terra no conjunto da região objecto de estudo, identificar dinâmicas locais diferenciadas internamente à região em função dos modos de vida das famílias e entender a relação da sociedade com o território.

Numa primeira etapa, o cruzamento de fontes distintas de informação permitiu evidenciar a importância territorial de formas de agricultura que não são traduzidas pelas estatísticas, mas que, apesar do seu carácter residual, são ainda responsáveis pela mobilização produtiva de uma proporção não negligenciável do território. É, do mesmo modo, importante a proporção da ocupação florestal do território não integrada em florestas públicas ou comunitárias nem em explorações agrícolas. Concluiu-se esta análise genérica sustentando a hipótese da existência de uma tendência crescente para uma relação de menor proximidade com o território, que compatibiliza o uso dos recursos naturais com uma maior ausência dos utilizadores.

Fez-se depois uma tipologia de modos de vida das famílias agrícolas, a partir da qual se identificaram dinâmicas de uso do território diferenciadas social e espacialmente.

Individualizaram-se assim três zonas: uma primeira onde a representação das famílias que vivem exclusivamente ou principalmente da agricultura é maior; uma outra com maior diversidade de modos de vida, mas claramente marcada pela maior proporção de famílias que, com uma residência rural ou urbana, mantêm uma actividade agrícola de complemento a outras fontes principais de rendimento; por fim uma terceira zona com características intermédias entre as duas primeiras.

Em termos gerais concluiu-se que as zonas da agricultura de complemento se distribuem sobretudo em torno dos centros urbanos e em locais dotados de condições naturais que possibilitam a opção por formas de uso da terra menos exigentes em força de trabalho. Nestas zonas, a capacidade de sustentação de população é maior e a agricultura mantém um papel importante enquanto fonte complementar de rendimentos. Por outro lado, as zonas de maior marginalidade geográfica, ou com condições naturais só valorizáveis através da pecuária, sofrem perdas de população mais acentuadas e verificam uma clara tendência para a extensificação do uso da terra em torno dessas produções, em simultâneo com um ritmo mais intenso de desaparecimento de explorações agrícolas.

A análise da evolução do uso da terra num período longo em quatro freguesias com distintas situações geográficas na região, tomadas como estudos de caso, permitiu evidenciar algumas tendências largas:

De uma situação, em meados do século, em que o território era utilizado quase integralmente pela agricultura, as evoluções tecnológicas e as consequentes mudanças dos sistemas de produção, foram ditando o

abandono das superfícies marginais no território de cada aldeia, e a retracção do uso agrícola para as zonas mais próximas do núcleo central do seu território. As superfícies abandonadas foram, num grande número de casos, florestadas, mas o desajuste entre os modelos tecnológicos utilizados e o sistema social de controlo do uso do território, implicaram uma elevada taxa de insucesso destes usos, quase integralmente consumidos pelos incêndios.

Simultaneamente, as mudanças no sistema de preços relativos e na relação do sociedade com o rural, traduziram-se igualmente em mudanças profundas nas formas de utilização agrícola do território: as culturas agrícolas anuais e, em particular, as culturas cerealíferas regridem acentuadamente e algumas culturas permanentes, como sejam a oliveira e o castanheiro sofrem aumentos significativos.

Os sistemas pecuários ficam na dependência exclusiva de um grupo social cada vez mais restrito, o dos "agricultores profissionais". Este grupo social coincide, no que concerne aos sistema fundiário, com as médias dimensões dissociando-se claramente tanto das grandes como das muito pequenas dimensões fundiárias. Acede, porém, a direitos de usos da terra mediante contratualizações informais que não passam pela transferência integral da propriedade da terra.

Em termos gerais podemos salientar três conclusões principais:

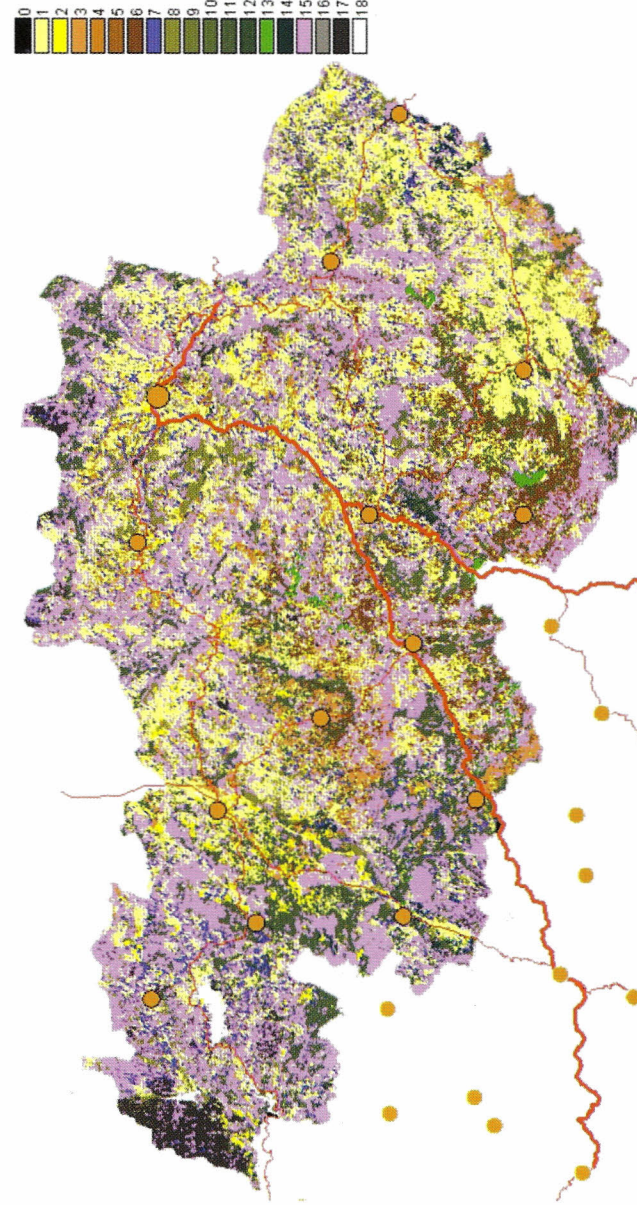
- i) Expande-se uma coroa marginal em abandono, no território da cada aldeia, retraindo-se a agricultura para uma zona mais restrita.
- ii) O uso da terra extensifica-se requerendo menor mão-de-obra.

iii) A relação da sociedade com o território distancia-se, compatibilizando usos da terra com uma residência mais distante, fora do tradicional núcleo rural.

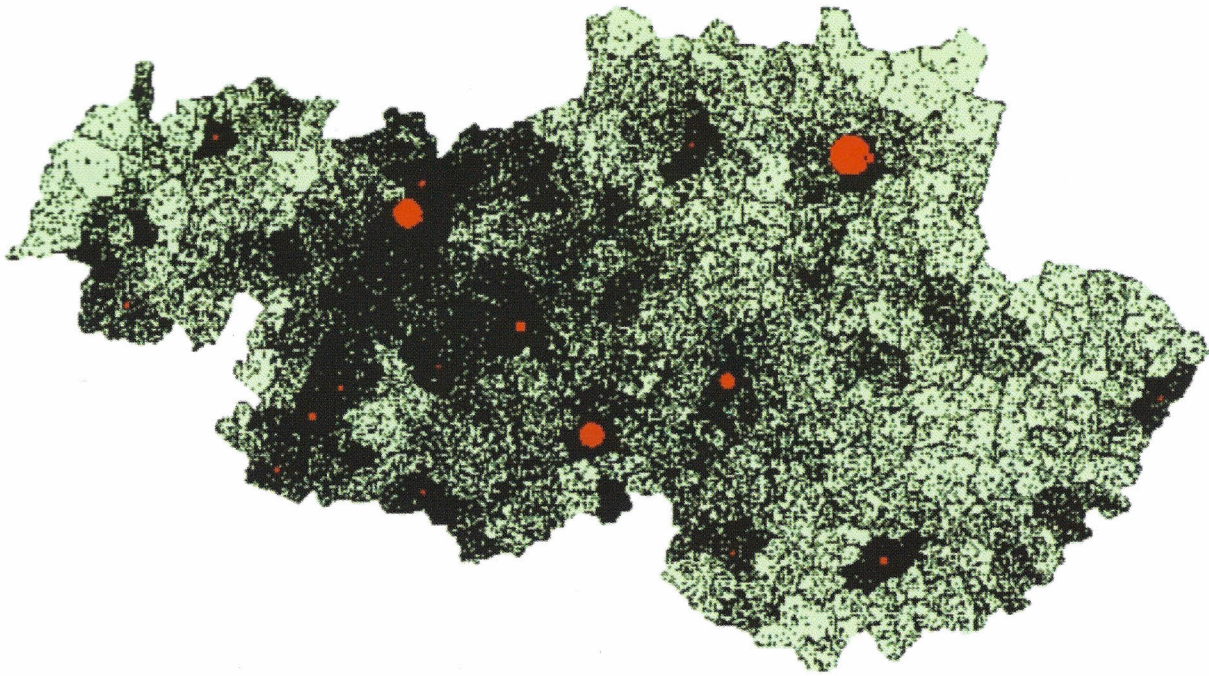
## **Anexos**

---

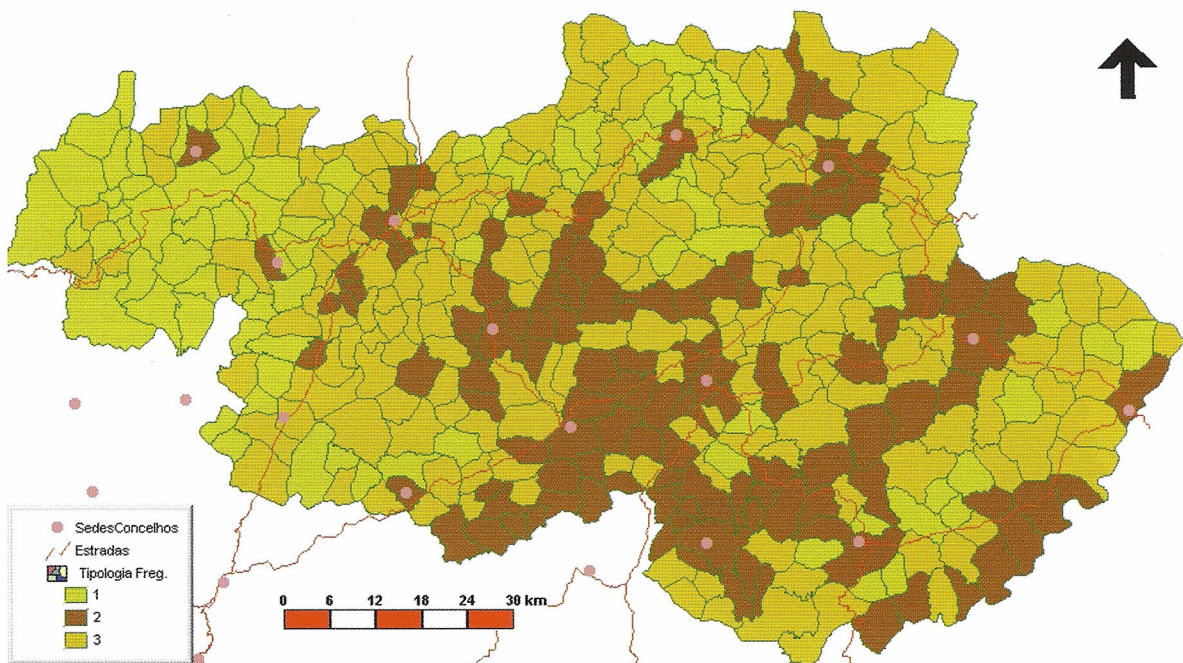
Mapas de Apoio ao texto



**Figura 1** O uso da terra na Região do Alto Trás-os-Montes

**Figura 2**

A distribuição da população na região Alto Trás-os-Montes em 1991  
(INE Censos da População de 1991)

**Figura 3**

Tipologia das freguesias segundo os modos de vida das famílias agrícolas  
(NUT III Alto Trás-os-Montes)

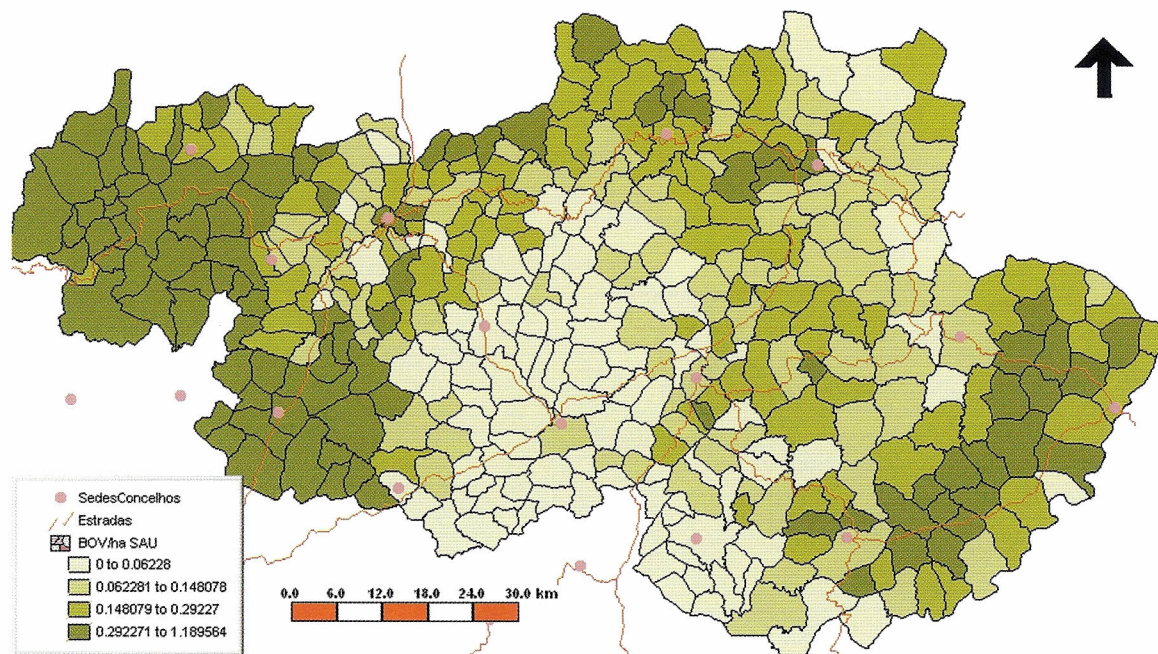


Figura 4

Distribuição do nº de Bovinos por ha SAU (NUT III Alto Trás-os-Montes)

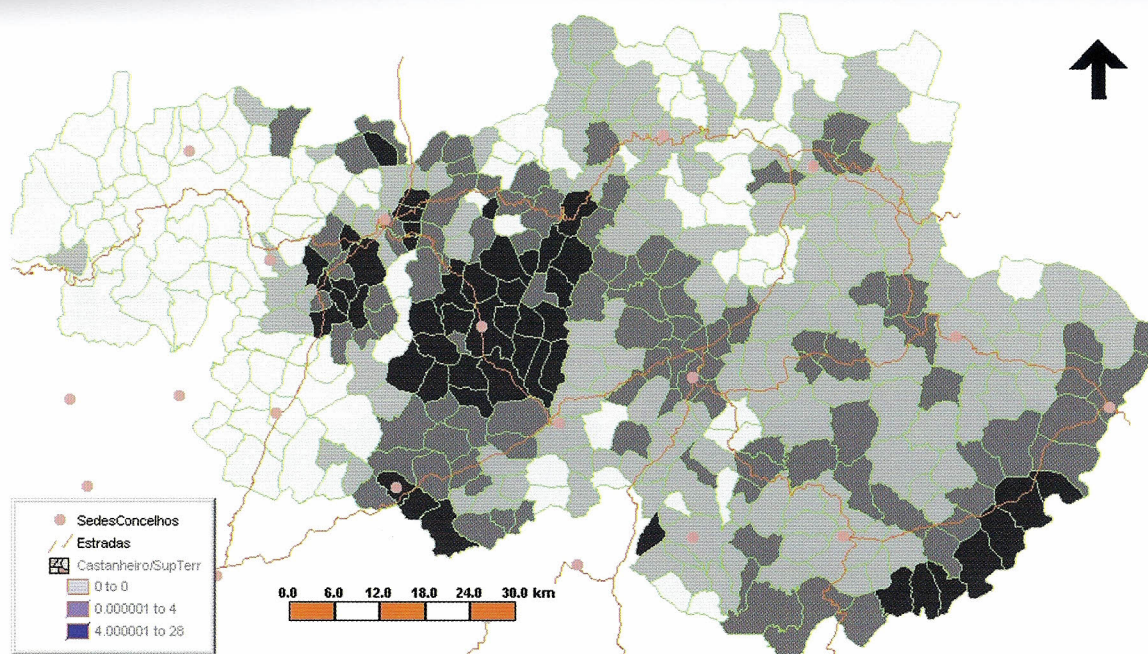
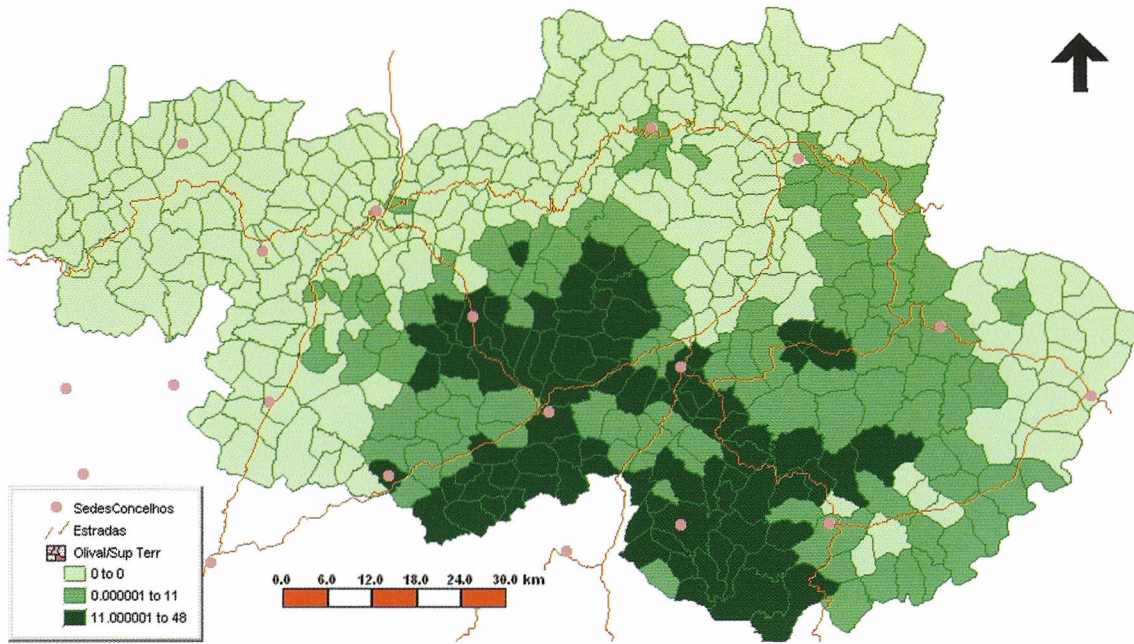


Figura 5

Distribuição da superfície da vinha em % de superfície territorial das freguesias (NUT III Alto Trás-os-Montes)



**Figura 6**

Distribuição da superfície de olival em % da superfície territorial das freguesias (NUT III Alto Trás-os-Montes)